

7

COMUM

1980

Entrevista: Eliseo Verón

Sistemas de Signos e Ideologia

O Crime no Jornal

Técnica e Retórica dos Mídia

Defesa da Palavra

Poemas e Objetos Verbais

EDITORIAL

Após as entrevistas com Michel Foucault (n. 2) e Umberto Eco (n. 6), *Comum* traz agora um debate com o teórico argentino Eliseo Verón que, partindo dos seus interesses iniciais quanto à comunicação nos estados neuróticos, passa a discutir temas ligados às leituras de ideologias.

"Sistemas de signos e ideologias" foi o tema de um dos grupos de trabalho do II Congresso de Semiótica, realizado ano passado em Viena. Aqui estão reunidas três dessas contribuições.

O texto de Antonio A. Serra, "O crime no espaço do jornal", analisa as formações ideológicas veiculadas pelo jornal popular *O Dia*. Trata-se de uma análise concreta que se relaciona diretamente com os temas deste número.

Duas visões e dois aspectos da cultura de massa estão aqui representados pelas contribuições de José Henrique de Carvalho e dos argentinos Oscar Steimberg e Oscar Traversa. Tanto um como outro texto discutem a planificação das mensagens de massa.

Os problemas da comunicação literária estão presentes no depoimento do escritor Eduardo Galeano e na seção "Poemas e objetos verbais", que divulga trabalhos recentes de Moacyr Cirne e Mauro Gama. Suscitar o debate em torno dos caminhos da poesia brasileira foi o objetivo de *Comum* ao reunir estas duas vertentes poéticas distintas.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Carlos Deane
Carlos Henrique de Escobar
Eduardo Neiva Jr.
Fernando de Almeida Sá
José Carlos Rodrigues
Nilson Lage
Reynaldo Pompeu de Campos

Capa

Ivan Viana

Revisão

Tavares Revitex

Composição, Impressão, Acabamento e Distribuição

Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100 —
Petrópolis — RJ

Comum é uma publicação da FACHA,
Faculdade de Comunicação
e Turismo Hélio Alonso,
Praia de Botafogo, 266
Rio de Janeiro — RJ
ZC-02 — CEP 22.250

COLABORAM NESTE NUMERO

Adriano Voltolin
Ensaísta italiano. Autor de *L'idea della morte in Marx*, organizou o livro *Psicoanalisi e classi sociali*.

Antonio A. Serra
Professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF e da FACHA. Pesquisador do SOCH. Autor de *A psiquiatria como discurso político* e *O desvio nosso de cada dia*.

Eduardo Galeano
Escritor uruguaio, autor de *Vagamundo e A canção de nossa gente*.

Eduardo Neiva Jr.
Professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF, da FACHA e da PUC/RJ. Co-autor de *Manual de Linguística*.

Eliseo Verón
Ensaísta argentino. Pesquisador do CETSAS (Paris). Autor de *Ideologia, Estrutura e Comunicação*.

José Henrique de Carvalho
Professor da PUC/RJ, da UFRJ e da FACHA.

Lefteris Roussos
Ensaísta grego, atualmente conclui sua tese de doutoramento na Universidade de Münster sobre *O papel da retórica na área visual da propaganda*.

Mauro Gama
Poeta, autor de *Corpo Verbal e Anticorpo*.

Moacyr Cirne
Poeta e ensaísta. Professor do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF. Secretário de redação da Revista de Cultura Vozes. Um dos fundadores do poema/processo. Autor de *Vanguarda: um projeto semiológico*.

Oscar Steimberg
Escritor argentino. Autor de *Cuerpo sin amazon* (contos), *Leyendo historietas* (ensaio) e *Majestad*, etc. (poesia).

Oscar Traversa
Ensaísta argentino. Membro do conselho editorial da revista *Lenguajes*.

SUMARIO

Editorial	1
Entrevista: Eliseo Verón	5
Sistemas de signos e ideologias	19
Sistemas significantes e ideologia na análise freudiana — Adriano Voltolin	21
Semiótica além da ciência (II): implicações ideológicas do conceito de signo — Eduardo Neiva Jr.	29
Semiótica: crítica da ideologia para uma metateoria — Lefteris Roussos	39
O crime no espaço do jornal — Antonio A. Serra	49
O momento do plano nos meios de comunicação: um tema técnico — Oscar Steimberg e Oscar Traversa	65
Relações Públicas: evolução, exigências e perspectivas — José Henrique de Carvalho	85
Defesa da palavra: literatura e sociedade na América Latina — Eduardo Galeano	93
Poemas e objetos verbais	105
Poemas — Mauro Gama	106
Objetos verbais — Moacyr Cirne	112
Resenhas	115

Distribuição:



Rua Frei Luis, 100
Caixa Postal 23 — Tel.: (0242)43-5112
25600 Petrópolis — RJ

Filiais:

- 20031 Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 118-I, Tel.: (021)220-6445
21350 Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 152 - Madureira,
Tels.: (021)359-3661 e 359-9959
01006 São Paulo: Rua Senador Feijó, 158 e 168,
Tels.: (011)32-6890 - 36-2064 e 36-2288
01414 São Paulo: Rua Haddock Lobo, 360 - (ao lado do Colégio São Luis),
Tels.: (011)256-0611 - 256-0161 e 256-0361
12900 Bragança Paulista: São Paulo - Av. Miguel Cocicov, s/n, Tel.: (011)433-3675
30000 Belo Horizonte: Rua Tupis, 85 - Loja 10,
Tels.: (031)222-4152 - 226-0665 e 226-5383
90000 Porto Alegre: Rua Riachuelo, 1280, Tel.: (0512)25-1172
70730 Brasília: CLR/Norte - Q. 704 - Bloco A - N. 15, Tel.: (061)223-2436
50000 Recife: Rua Conselheiro Portela, 354 (Espinheiro), Tel.: (081)222-6991
50000 Recife: Rua da Condição, 167, Tel.: (081)224-3924
80000 Curitiba: Rua Alferes Póli, 52, Tel.: (041)233-1392

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Comum, v. 2 — n. 7 — 1980

Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação e Turismo
Hélio Alonso, 1980 — v. 19 cm.

120 p.

1. Comunicação — Teoria. I. Título.

CDD 001.501

ENTREVISTA: ELISEO VERÓN

Tradução e edição:
Rose Schlesinger

Fernando Sá — Quais são seus interesses teóricos atuais na área de Comunicação?

Eliseo Verón — Haveria um problema, que talvez possamos discutir depois, sobre a própria noção da idéia de comunicação. Eu trabalhei primeiro sobre questões que pertenciam à área de comunicação, porém se referiam mais a problemas próximos à psiquiatria, a questão de comunicação na neurose. Foi a primeira coisa que fiz. Depois, fui me interessando cada vez mais por questões sociológicas. Sou de formação sociológica e comecei a me sentir atraído por questões relacionadas sobretudo com o problema da ideologia e por estudos sobre o modo pelo qual determinados fenômenos de linguagem — não somente de linguagem mas também de significação geral — são portadores de mecanismos ideológicos. Eu trabalhei bastante sobre a imprensa, imprensa escrita principalmente, e atualmente me interessa sobretudo por questões que tocam o discurso político, sempre dentro da área da comunicação de massas. Porém, nos últimos dois anos, tenho trabalhado sobre o funcionamento do discurso político num contexto determinado; por exemplo, como ponto de partida, o último governo peronista na Argentina, de 1973 a 1975. Tomo esse processo como ponto de partida porque me parece particularmente importante em função das coisas que ocorreram. Em outro nível, também me faço perguntas mais gerais, além dessa situação específica, sobre o que é o discurso político, se é possível defini-lo, qual a diferença quanto à informação. Questiono sobre o problema de uma tipologia do discurso social, como um modo de funcionamento diferente dentro de uma sociedade determinada. Trabalhei predominantemente sobre a linguagem escrita, mas fui obrigado a questionar-me sobre problemas de imagem, porque trabalhando com a imprensa fatalmente questionamo-nos sobre o problema da relação entre a linguagem e outras matérias. Num primeiro período interessei-me pelos problemas da comunicação interpessoal, porque trabalhava com o problema da neurose; este, essencialmente, era um exercício sobre o discurso oral, sobre a palavra, mas depois fui me interessando mais pela comunicação de massas no discurso da informação e no discurso político, ou associado diretamente a um processo político.

Fernando Sá — Você nos falou de informação. Qual a sua opinião sobre a afirmativa de que a pedagogia em breve dará lugar à comunicação e o comunicador terá a função do pedagogo? Como você vê, nos termos de uma educação permanente, o papel dos *mass-media* como produtores de informações educativas?

Eliseo Verón — Não sei se posso responder a esta pergunta porque nunca trabalhei com o problema da educação. Não é o meu campo de trabalho. Por isso, eu não posso responder do ponto de vista técnico. A questão está na própria noção de informação, que é para mim muito problemática. Eu não a abordei com relação à educação, mas imagino como se pode colocar isso. Me defrontei com o problema da informação com relação ao discurso dos *media* em geral; pode-se dizer que a imprensa talvez tenha a função educativa, porém alguns problemas se colocam quanto à noção de informação, que, sob um ponto de vista mais clássico ou tradicional, está associada a uma idéia de que se pode transmitir algo — que seria a informação — como um conteúdo independente do modo de transmissão. Por exemplo: todas as polêmicas clássicas em relação à deontologia da imprensa. Diz-se que se deve separar a informação da interpretação, este tipo de coisa bastante conhecido. Tudo isto me parece bastante problemático, na medida em que eu não vejo como se poderia chegar a separar *conteúdo da informação*, que seriam independentes do tipo de realidade construída através da informação; quer dizer, eu creio que não há nada que se possa chamar de informação. Há discursos que sob modalidades diferentes constroem diferentes realidades, mas não creio que se possa isolar algo que seria conteúdos de informação, que se poderia descrever independentemente do tipo de discurso ou do modo como estes são transmitidos. Nesse sentido, a própria noção de informação me parece ideológica, não num mau sentido. Creio que não poderia ser de outro modo, e não estou acusando a noção de informação de ser ideológica, pois isso seria supor a existência de alguma que não o fosse, mas na medida em que os conteúdos transmitidos por um discurso qualquer, seja da imprensa escrita, televisão etc., não são separáveis das formas discursivas, então, deste ponto de vista não há nada que seja a informação. Cada tipo de discurso constrói um tipo de realidade

através do qual é gerado um sistema de representação da sociedade, de tudo, do mundo em geral, mas o conceito de informação me soa suspeito. Não sei como funciona dentro do campo da educação. Penso que pelo menos em certos níveis funciona praticamente de maneira idêntica. Por exemplo, quando se diz que é necessário informar objetivamente ou separar a opinião da informação, definições que me parecem altamente suspeitas.

Fernando Sá — Qual é a sua opinião sobre a categoria de comunicação? Isto é, será que esta categoria resiste, isoladamente, a uma crítica epistemológica?

Eliseo Verón — Não sei se resiste ou não. Tem resistido há bastante tempo. A mim, pessoalmente, me parece remeter a um contexto ideológico bastante preciso, porém insisto em que não uso o termo ideológico no sentido negativo; ideológico são as contingências históricas de produção de diversos tipos de discurso. Eu creio também que a maior parte dos avanços da lingüística e toda lingüística contemporânea remetem a uma teoria comunicacional. Existe uma teoria que supõe haver esse modelo básico de emissor e receptor, no qual o sistema significante é um instrumento que permite transferir um conteúdo de um ponto a outro. Evidentemente eu não estou de acordo com essa teoria comunicacional. Não me parece aceitável. Nela, há todo um modelo do ator social, que está por trás da idéia de que a linguagem é o instrumento para que as pessoas se comuniquem. Esse modelo me parece inseparável da noção de intenção, e isso se torna muito claro no funcionalismo lingüístico. Para tal, primeiro deve existir a intenção de usá-lo e, então, o que eu quero é comunicar tal coisa a outra pessoa. Se a comunicação se torna melhor ou pior, isto supõe uma concepção de linguagem como um meio transparente, e me parece uma concepção errônea. Neste sentido creio que basta recordar Freud para compreender que, quando um sujeito diz algo ou utiliza alguma matéria significante, não sabe do que está ciente. Em última instância, uma teoria comunicacional instrumental é necessariamente subjetivista. Supõe uma relação de controle por parte do sujeito sobre a produção da significação. Aí eu creio que é válido o princípio marxista-psicanalítico. Quando alguém diz algo, não sabe o que diz.

Este é um ponto. O outro é que, em geral, uma teoria da comunicação supõe sempre, de maneira mais ou menos complicada, clara ou obscura — considerando-se que os modelos atuam nesta questão de transmitir determinados conteúdos de um ponto a outro por meio da linguagem —, uma teoria relativamente unidimensional das mensagens, se é que se pode usar este termo. A grosso modo, uma mensagem qualquer quer dizer uma coisa. Uma coisa, principalmente. Pode haver ambigüidade, porém uma unidade de comunicação tem, mais ou menos, uma significação. Isto me parece também uma concepção facilmente aceitável do que é um conjunto significante, que não só possui mais de uma significação, como possui níveis distintos de significação, podendo conter simultaneamente significações contraditórias. Enquanto existir uma concepção polivalente de todo o produto significante, seja lingüístico ou não, a teoria da comunicação não terá mais sentido.

Carlos Henrique de Escobar — Você tem um certo número de críticas ao althusserianismo. Nós gostaríamos de ouvir essas críticas e tentar estabelecer um diálogo em torno delas. Por exemplo, você se refere à ciência, ao corte epistemológico e também à ideologia.

Eliseo Verón — Essencialmente, minha diferença, ou o ponto central pelo qual não estou de acordo com a teoria althusseriana, é simplesmente porque não estou de acordo com nenhuma teoria que coloque uma diferença absoluta entre ciência e ideologia. Este é para mim o ponto central e eu não posso estar de acordo com esse tipo de modelos ou de esquemas que supõem que por um lado há a ideologia, a qual, mesmo numa teoria muito sofisticada e elaborada, como é o caso da teoria de Althusser, é um conceito que fatalmente sempre tem uma conotação negativa, e, por outro lado, algo que seria a ciência, que, logicamente, no caso de Althusser, é o máximo. Eu creio que este tipo de modelo não permite compreender o funcionamento discursivo e, em última instância, supõe a possibilidade de um discurso absoluto, que seria o discurso da verdade. Eu não posso estar de acordo com este ponto de vista. Para mim, é o inverso. Pode parecer curioso, no sentido de que o modelo de Althusser supõe muitas

coisas, mas isso está muito claro, porque em toda a teoria da cultura epistemológica há uma fronteira. Marx passou essa fronteira com *O Capital*. Antes era a ideologia econômica da burguesia, depois é a ciência do socialismo (teoria marxista como materialismo histórico), como uma ciência realmente absoluta, no sentido de que não está marcada pela ideologia. Então, eu creio, por um lado, que essa idéia de um discurso verdadeiro, ou da teoria com maiúscula, é como que o próprio modelo da ideologia, e vice-versa. O que os outros chamam efetivamente de funcionamento ideológico do discurso é o funcionamento no qual o discurso se apresenta como sendo absoluto. Então, para mim, o que Althusser chamava de Ciência, com maiúscula, é como que o modelo do que é o funcionamento ideológico. Por outro lado, penso que isto não seja verdade, trata-se de uma ficção, acredito que não haja nenhum discurso que não esteja submetido a condições de produção determinadas. Portanto, não há nenhum discurso que não esteja ideologicamente marcado. Para mim, a noção de ideologia não é pejorativa nem negativa. Eu chamo de ideológica a relação de um discurso com suas condições de produção. O discurso das chamadas ciências também está submetido a determinadas condições de produção, também está ideologicamente determinado. Isso não impede podermos caracterizar um certo efeito que corresponda ao discurso da ciência; porém, sob este ponto de vista, o ideológico e o científico não se excluem. Muito pelo contrário: eu creio que a ideologia é uma condição da ciência. Essa, essencialmente, é a razão pela qual não estou de acordo com esse modelo, como com qualquer outro que estabeleça um tipo de ruptura tal que suponha haver discursos mais ou menos falsos por aí e depois outro discurso que é sempre o verdadeiro.

Escobar — Pode ser que eu esteja errado, mas o fato é que, para mim, Althusser jamais coloca a ciência como um discurso absoluto. Pelo contrário, a ciência vai ser caracterizada exatamente por um trabalhar com a categoria da verdade. Ela não trabalha com a teoria da verdade e é histórica nela mesma, isto é, o que a Física afirma hoje, pelo menos genericamente, não é o que ela afirma num outro momento da sua história particular. Althusser está preocupadíssimo como isto. Esteve, por

exemplo, quando na *Filosofia Espontânea dos Cientistas* ele fazia essa distinção. Essa é uma filosofia que trabalha com teses; ela é que deveria ter essa postura, digamos, paranóico-ideológica em afirmar a verdade e totalizar também a meta do conhecimento absoluto. Isso em primeiro lugar. Em segundo, o corte epistemológico nunca é colocado em Althusser, mesmo quando ele passa num segundo momento a tentar esclarecê-lo melhor, como um corte definitivo. Acho que nem no Bachelard. O corte, de fato, não é isso. Ele indica as contradições internas do próprio discurso científico, que, sim, tem áreas mais ideológicas, tem um discurso nuclear que também vai se tornar elástico no tempo. Por exemplo: a Física quando é levada para o campo da eletricidade, campo da gravitação: leva-se dela um núcleo, mas esse núcleo acaba sendo mexido. É uma indicação da especificidade do discurso, não da neutralidade dele; isso seria uma outra leitura equivocada. A ciência não é neutra porque ela existe na história, mas o corte indica especificidade. Então, eu não vejo nenhuma preocupação em afirmar o caráter absoluto da ciência dentro do pensamento althusseriano. Não vejo também nenhuma utilização da categoria de verdade. Pelo contrário, ciência é uma situação de profissão e conhecimento até muito modesta, porque seus recursos estão sempre variando através de uma dialética interna. Daí, me parece particularmente estranha essa colocação, que não me parece existir em Althusser.

Verón — Vamos fazer uma discussão sobre a leitura de certos textos. Eu creio que o modelo althusseriano é incompreensível sem a noção de ruptura. Quando ele apresenta, por exemplo, o modelo das três Generalidades: a Generalidade 1 é o material ideológico sobre o qual trabalha a ciência; a Generalidade 2 são os meios, os instrumentos deste trabalho, e a Generalidade 3 é o resultado científico. No modelo althusseriano a Generalidade 3 é qualitativamente distinta da Generalidade 1. A maiúscula da teoria não é casual. E para Althusser, Marx é verdadeiro ou falso? As classes existem ou não? Eu não creio que um discurso como o althusseriano, ao pressupor que o único discurso correto é o do marxismo, porque está associado à prática do proletariado, possa ser considerado relativo. Eu não vejo em que o discurso marxista seria relativo, na medida em que *O Capital*

gerou um questionamento histórico. Claro que é um fenômeno histórico também, mas isso é outro problema. Ser histórico não lhe tira valor de verdade. O *Capital* gerou o materialismo dialético e o materialismo dialético para Althusser é uma ciência. O materialismo dialético é verdadeiro ou pode ser colocado em questão? Eu não penso que para Althusser o materialismo dialético possa ser colocado em questão. Não é minha impressão, mas posso estar equivocado. O que quero dizer é que a noção de ruptura, como vamos interpretá-la, senão como uma passagem a outra coisa, que é qualitativamente diferente? Se se pudesse ler o modelo de Althusser de tal modo, que se pudesse dizer que no que ele denomina Generalidade 1 há ideologia, na 2 também, e se tivesse prova sobre o fato de que na Generalidade 3 também há ideologia, eu estaria de acordo. Porém, eu afirmo, o marxismo é uma ideologia. Eu não creio que Althusser aceitasse essa afirmação. Porque se aceitasse tal afirmação não se entenderia tudo o que escreveu. A afirmação "o marxismo é uma ideologia" é incompatível com a teoria althusseriana.

Escobar — O marxismo é para Althusser evidentemente ideologia. Eu penso que é ideologia porque não se pode distinguir, por exemplo, uma dupla concepção em cima do nome do sujeito (no caso de Marx, por exemplo) de uma teoria científica. Quando se fala de teoria da ciência, há uma explicação de Ballibar a respeito da utilização do nome materialismo histórico: isto é, na luta ideológica, se utilizar da categoria materialismo por oposição à categoria idealismo, para travar a defesa da ciência. Não é um trabalho científico propriamente dito, mas é um reflexo da Física. Temos Descartes: ele vai tentar fazer uma fantasia da Física galileana. Descartes também está movido por categorias pró-ciência ou contraditórias à ciência, no sentido de uma oposição materialismo/idealismo. Nesse sentido, materialismo histórico já é falar de uma teoria da história nas contradições ideológicas, na luta ideológica que é travada. Acho importante não colocar sujeito no interior da teoria. A teoria não tem sujeito, assim como o corte não pode ser descontado em cima de Galileu, de Marx etc. Na verdade, esses cortes são encaminhados nas contradições ideológicas. Eu nunca vi esse tipo de equívoco em Althusser porque seria tão flagrante e tão contraditório, que

tornaria de uma imensa fragilidade o seu pensamento. E ora ele diz uma coisa, depois revela outra. Essa diferença eu acho extremamente importante, inclusive me conserva em posição política, porque tira da especificidade do discurso com respeito ao objeto, quer dizer, a pretensão de um discurso teórico com respeito ao objeto, o que pode acontecer é de se começar a discutir dificuldades ou impossibilidades deste discurso com respeito ao objeto. Isto é, acaba-se reunindo as dificuldades da História com as dificuldades de uma ciência sobre a História. Eu começo a entrar com categorias objetivas, a compreensão, um discurso em que a História não é exatamente o objeto da Física. Por exemplo, a História é um objeto que envolve a própria ciência, como aliás está no seu livro *Ideologia, Estrutura e Comunicação*, traduzido para o português. Há um momento em que você faz uma reflexão sobre a ciência e coloca as dificuldades. Você fala a respeito do círculo. Por exemplo, você se situaria numa concepção da ciência a respeito do objeto histórico. É uma posição bastante diferente daquelas encaminhadas por Althusser. Outra coisa: a ciência só diz respeito à ideologia de maneira regional. Não existe, para o pensamento de Althusser, uma grande contradição entre ciência e ideologia. Seria uma outra ilusão porque a ideologia sempre existirá participando das contradições; ela é uma forma de articulação da estrutura ligada ao problema do Poder, da luta de classes. Opor ciência à ideologia, de uma maneira geral, seria ilusório.

Existe, sobretudo em São Paulo, uma série de figuras na área das Ciências Humanas e Sociais que se sentiram ameaçadas com a entrada da reflexão de Althusser, assim como, no Brasil, os reformistas que tinham toda uma herança da linha lucacksiana do tipo sujeito histórico etc. Eles travaram uma grande luta aqui dentro contra a entrada do pensamento de Althusser fazendo caricatura e, de certa maneira, impedindo que nós discutíssemos o que estamos discutindo aqui com você.

Verón — São vários aspectos diferentes. Um que me parece importante é a questão do sujeito. Continuo pensando que há uma pergunta que você não respondeu, qual seja se para Althusser é aceitável a afirmação de que o marxismo é uma ideologia. Eu creio que ele não pode aceitar e não é por acaso que

a luta política situada por ele no interior da ideologia burguesa não é classificada de ideologia. Ele também não diz que o materialismo dialético é uma luta entre a ideologia marxista e a ideologia burguesa. Ele diz que o materialismo é uma ciência e a ideologia burguesa é pura ideologia. O que há por trás, para mim, é uma convicção impossível de eliminar, neste contexto, que é: o marxismo tem razão e os outros não. Agora, com respeito à questão do sujeito, foi dito que o discurso da ciência não tem sujeito. Eu não estou de acordo com isso. Esse é um ponto claro para mim. Todo discurso tem sujeito. Claro, não o sujeito individual que o escreve, mas todo discurso tem sujeito, ou seja, o discurso da ciência é, para mim, o que eu chamo de concepção ideológica do discurso. É inconcebível um discurso sem sujeito. Não um sujeito individual. É um sujeito social. Os althusserianos falam de discurso ideológico, falam de prática ideológica, outra expressão que nos parece absurda. Sobre a prática ser ideológica, não há uma prática que seja propriamente ideológica. Não há uma prática exclusiva da ideologia. Toda prática está marcada pela ideologia. Agora, discurso ideológico é o discurso científico. Para mim, a noção do discurso ideológico não tem sentido porque o ideológico não é um tipo de discurso. É uma dimensão de qualquer discurso, porém não há um discurso que seja ideológico. Esse é outro ponto. São aspectos que talvez ajudem a entender, tal como eu vejo, a diferença com a posição althusseriana. Para mim, o ideológico é uma dimensão de todo discurso e não um tipo de discurso. É uma dimensão suscetível de ser reconhecida com sorte e paciência em diferentes tipos de discursos sociais, também reproduzida pelas instituições chamadas científicas. Então, mencionada a questão do sujeito, o discurso da ciência seria esse modelo, que aparece sobretudo em Pecheux e diz respeito a uma teoria da enunciação em um discurso que não estaria marcado por um sujeito e sim formulado por um sujeito universal. Para mim, é uma posição positivista da ciência, porque Althusser é profundamente positivista. O que eu quero dizer é que Althusser tem um lado positivista e ele mesmo o reconhece. Se alguém ler sua autocrítica, verá que ele mais ou menos reconhece tardiamente a maior parte das críticas que se disseram antes. O que acontece é que não se entende muito bem como ele pode continuar

pensando tudo o que pensava antes, se ele mesmo reconhece que sua atitude era teorizante. Ele mesmo o disse. O único detalhe é que há gente que já o disse há dez anos e ele só se deu conta dez anos mais tarde. Creio que ele é profundamente positivista, nesse nível, e se não o fosse, a teoria da ruptura não funcionaria mais. Althusser estabelece uma teoria positivista da história — e funcionalista também. E isso me parece que está bem claro no famoso trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado. É um trabalho muito curioso. A mim não me surpreende a questão na contradição porque as teses de Althusser sempre estiveram cheias de contradições. Se alguém lê o anexo que acompanha o texto sobre os aparelhos ideológicos do Estado verá que é muito engraçado, porque o anexo contradiz totalmente toda a teoria que foi formulada antes. Ele apresenta uma teoria da ideologia onde praticamente não se menciona o conceito de classe social e no anexo fala de luta de classes. Ninguém sabe como se relaciona uma coisa com a outra. Althusser apresenta uma teoria puramente reprodutiva da ideologia, porque a define assim e diz, efetivamente, no anexo, que uma ideologia não é só reprodutiva.

Escobar — Quando Althusser diz que o discurso científico não tem sujeito, ele se refere à especificidade do discurso científico, isto é, os possíveis desdobramentos do discurso científico não são pilotados por um sujeito, por outro sujeito ideológico, político e econômico. A tal ponto a Física, por exemplo, não tem sujeito, que ela não é a Física do Galileu, do Newton e amanhã não é minha. A única maneira de eu me engajar na Física é colocando trabalho intelectual no seu interior, porque ela se torna a razão das articulações dos seus conceitos. Isso Bachelard deixa bastante claro e explicita isso em diferentes textos. Porém, se eu confundir a especificidade do discurso científico com a existência dele, pelo fato de que a ciência é ou existe em razão dos aparelhos de Estado, eu acho que se entraria numa grande confusão. Se a ciência está cerceada pelos aparelhos de Estado e o cientista está situado numa classe social e daí eu negar a especificidade do discurso científico, começaria a se falar em sujeito dentro da História. Eu me coloco contra essa análise, esse continuísmo. Eu acho que o que caracteriza os discursos

é o fato de não terem sujeito, isto é, eles têm peculiaridades específicas. Isto tudo remete à questão de a História não ter sujeito. Acho que a História não tem sujeito, porque o que caracteriza um agente social é suportar relações sociais, isto é, pertencer a classes sociais.

Verón — Para mim, a noção de sujeito não remete a nenhuma noção de subjetividade. O sujeito é um suporte, com isto estou de acordo. Um suporte de relações. Talvez estejamos usando aí um mal-entendido, empregando a noção de sujeito em dois sentidos diferentes. Para mim, psicanálise é um material do sujeito. Se quisermos, podemos falar do inconsciente; nesse sentido eu não uso a palavra *sujeito*, mas quando digo que todo discurso tem sujeito, me refiro a uma configuração fantasmática do enunciador do discurso, cujo conteúdo remete a sistemas de relações sociais e cujas marcas são descritíveis na superfície do discurso. Porque há o que se chama de *marcas de enunciação*. As marcas de enunciação se referem àquele que produziu o discurso e não ao sujeito individual que produziu o discurso; a uma configuração que é da ordem do imaginário (não quero usar aqui uma terminologia psicanalítica), mas do imaginário social; a um imaginário que está repleto de sistemas de posições que são remetidas às condições de produção deste ou daquele discurso. Neste sentido eu digo que todo discurso está marcado pelo sujeito, na medida em que se encontra em um texto científico a expressão “suponhamos que”, dois pontos e um gráfico. Essa marca, de primeira pessoa do plural, é uma marca de enunciação e remete a um sujeito fantasmático, que é o coletivo dizendo “suponhamos que”. Nesse sentido, todo discurso tem as marcas do sujeito. Talvez aí houvesse uma pura confusão. Não pretendo ter nenhuma teoria sobre como funcionam as Ciências Naturais: me interessam as chamadas Ciências Sociais, e o marxismo é uma Ciência Social. Não é Física nem Química. Tudo aquilo que foi dito em nome do marxismo sobre natureza, todo mundo se esqueceu, porque era, na realidade, totalmente ideológico. Ninguém fala mais da dialética da natureza, com boas razões, porque é um absurdo. Então, o que resta do marxismo é Ciência Social, é uma teoria da sociedade. Eu penso assim. Não sei, francamente, sob que condições surgiu a Mecânica, a teoria dos

gases; não posso falar porque não sei. Minha preocupação, quanto ao discurso científico, é a questão das Ciências Sociais, em geral, incluindo a Economia. Dentro desse terreno digo o que dizem nesta discussão. Não sei se a Mecânica Quântica tem sujeito ou não. Não tenho elementos conceituais para pensar esta pergunta. Eu sei que o marxismo tem.

Rose Marie Muraro — Eu tenho formação em Ciências Exatas e sobre a questão da ciência do sujeito, gostaria de dizer que durante minha prática, quando eu estudava, havia ao menos duas teorias levantadas esperando que fossem testadas pela realidade, ou melhor, pelo sujeito, pelo Poder, evidentemente. E um caso muito interessante foi a chamada “teoria de catástrofes”, que era uma matemática baseada sobre a biologia. A matemática hoje usada em Economia e nas Ciências Sociais é oriunda de modelos da Física, isto é, de determinismos newtonianos clássicos. Como essa matemática era baseada sobre modelos não determinísticos, não interessava ao Poder reformular toda a Economia (tanto o poderio econômico quanto o poderio das Ciências Sociais) na base desta matemática, porque isto viria abalar os próprios fundamentos da ideologia dominante. Eu creio que sim, que a Ciência tem um sujeito e que ela serve, no atual momento histórico, à classe dominante. Nós como sujeito, um outro tipo de sujeito, temos a obrigação de fazer vir à tona esse outro tipo de ciência. Qual a sua opinião a este respeito?

Verón — Acho que devemos distinguir entre as condições de produção de uma linguagem formal e suas aplicações. São usados diferentes tipos de discurso. Eu não creio que a minha idéia sobre o funcionamento do discurso científico (nem tampouco o modelo de Althusser) não pertença a uma teoria da linguagem formal, sobretudo das chamadas ciências empíricas, onde se aplicam estas linguagens a problemas diversos. Então, ainda dentro dessa questão, eu creio que se deve distinguir sob que condições o formalismo é produzido e se podemos aplicar certos problemas ou não à economia, o que já é um segundo problema. Investigar sob que condições estas linguagens são transferidas a certos domínios empíricos não é o mesmo que investigar sob que condições estes formalismos foram produzidos, independentemente

de suas aplicações. Mas eu não tenho nenhuma teoria sociológica sobre as condições de produção da linguagem formal; este é um problema que me supera. Não sei que teoria se poderia ter sobre isso. Pareceria efetivamente que a maior parte das coisas que foram ditas são de condicionamentos exteriores, até certo ponto. Não se pode entender que seja favorecido tal ou qual tipo de desenvolvimento. Porém, no próprio sistema de condições em cujo interior funciona esse tipo de linguagem, parecia existir uma autonomia bastante grande com respeito ao contexto social. Seguramente, suas aplicações e sua influência estão condicionadas. Quanto ao desenvolvimento interno do processo discursivo ou mesmo formal, não sei.

SISTEMAS DE SIGNOS E IDEOLOGIAS

O II Congresso da IASS (International Association for Semiotic Studies) reuniu-se em Viena de 2 a 6 de julho de 1979 para discutir e analisar os principais problemas relativos à teoria dos signos. Estas três comunicações, agora publicadas, faziam parte do grupo de trabalho n. 13 — Sistemas de Signos e Ideologias — organizado por Ferruccio Rossi-Landi.

**SISTEMAS SIGNIFICANTES
E IDEOLOGIA NA ANÁLISE FREUDIANA**

Adriano Voltolin

Tradução de
Eduardo Neiva Jr.

1. O Sintoma como um Sinal de Recalque

A origem do sintoma é definida por Freud, com o maior cuidado, num trabalho teórico de 1925 — *Inibições, Sintomas e Angústia*. O sintoma é definido como “um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em suspenso; é uma consequência do processo de recalque” (Freud 1925a; 1959: 91). Tem sua origem, escreve Freud, num recalque do ego: “O recalque é proveniente do ego, quando este se recusa a associar-se com um investimento instintual originado no id. Por meio do recalque, o ego é capaz de impedir que a idéia que serve de veículo ao impulso censurável se torne consciente” (idem). O sistema neurótico é a prova de que os meios escolhidos pelo ego, ou seja, o recalque, são “inadequados” para o objetivo a ser alcançado institucionalmente: o controle do conflito entre os instintos do id e o mundo exterior.¹

O processo completo é analisado, com a máxima clareza, num trabalho de 1926 — *A Questão da Análise Leiga. Conversas com uma pessoa imparcial*. “Até mesmo nos organismos que, posteriormente, desenvolvem uma eficiente organização do ego, este é, inicialmente, fraco e pouco diferenciado do id, nos seus primeiros anos de infância. Imagine — Freud aqui se dirige a seu “interlocutor imparcial” — agora o que acontecerá se este ego sem poder experimentar uma demanda instintual do id que ele imediatamente gostaria de resistir (pois sente que satisfazê-la é perigoso e evocaria uma situação traumática, uma colisão com o mundo exterior) mas que não pode controlar, pois ainda não possui força suficiente para isto. Neste caso, o ego trata o perigo instintual como se fosse um perigo externo: tenta fugir, recua dessa parcela do id e a abandona, depois de negar-lhe todas as contribuições aos impulsos instintuais. O ego, conforme formulamos, institui um recalque dos impulsos instintuais” (Freud; 1926; 1959: 203). O recalque é, portanto, uma tentativa de escapar

1. Aceitamos, aqui, para a tradução da palavra alemã, a forma inglesa *instinct*, usada por James Strachey na Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud. Há, neste caso, um equívoco conceitual, pois Freud assinalou que a palavra alemã *Trieb* indica algo que não pertence aos instintos animais, nem à cultura humana. Ao aceitar esta sugestão de Freud, a tradução italiana dos trabalhos completos de S. Freud se vale do termo *pulsione* (em português, *pulsão*) que poderia ser traduzido em inglês por *impulse*.

a uma crise que o confronto com o id causaria, além de ser uma tentativa de romper e fixar, a existência simultânea de duas regiões separadas, cada uma regida por seu próprio príncipe. Mas a operação que o ego inicia é contraditória, uma vez que a "síntese" entre a *Trieb* e a realidade externa é um elemento constituinte do ego. Por meio dessa separação, o ego deveria, ao contrário, restringir a esfera de sua eficiência; ou seja, reformar a sua própria constituição que deverá, a partir de agora, sempre esperar uma terra proibida. Por sua vez, a tentativa de remover o instinto jamais leva a uma operação bem sucedida de sua extinção. O resultado é um tipo de constituição do sujeito onde os instintos recalçados passam a ter um desenvolvimento dependente de sua deformação: "O impulso isolado, por sua vez, não permanece inativo; ele sabe como compensar a satisfação normal negada; produz derivativos físicos que ocupam o seu lugar; liga-se a outros processos, os quais, por sua influência, retiram-se, igualmente, do ego para a consciência na forma de um substituto irreconhecivelmente distorcido e cria o que chamamos de sintoma" (Freud, *idem*).

2. Verleugnung e a Constituição do Ego

Basta ler o trabalho sobre Leonardo da Vinci para que se compreenda claramente o que é a incapacidade de dominação do ego, e, portanto, uma crise, um sintoma, aquilo que constitui, *não de maneira acidental, mas necessariamente*, o sujeito. O anseio incessante de Leonardo pela análise científica é uma sublimação e, por conseguinte, um sintoma neurótico da exploração sexual infantil não proibida pelo pai de Leonardo por considerá-la inexistente, "quase parece que a presença de um pai forte garantiria que o filho fizesse a decisão correta na sua escolha de objeto, ou seja, alguém do sexo oposto" (Freud 1910; 1959: 99). O indivíduo "padrão" é um produto do recalque dos instintos dirigidos à mãe. No caso de ausência deste recalque, esta é substituída por objetos de amor bem semelhantes a ela; para Leonardo, seus jovens aprendizes.

Ainda que o próprio Freud pareça assustado, quando diante da hipótese de que "não há oposição natural entre o ego e o id;

eles misturam-se entre si, e, em condições saudáveis, não podem, na prática, serem distintos um do outro” (Freud 1926; 1959; 201) aparece claramente, em suas pesquisas científicas, que o indivíduo não se constitui sem *Entstellung* (deformação).

Realmente, a *Entstellung* não é uma marca que possa ser encontrada apenas nas operações de recalçamento de um instinto infantil que não pode ser suportado na vida adulta, como no caso de Leonardo. Não se trata “apenas de mudar de aparência, mas também de mudar-se para outro lugar, transferir-se” (Rella 1973: 210). Estas características de disfarce e deslocamento (*Verschiebung*) são comuns tanto ao processo de recalque (*Verdrängung*) como ao de sublimação. Somos sempre levados à presença de um instinto que não pode ser aceito como ele é, mas que pode ser transformado ou numa forma às vezes socialmente merecedora de gratificação ou numa patologia (que, por sua vez, é transformada numa forma específica que, se unida a outras, precisamente na categoria de patologia, torna-se aceitável socialmente, uma vez que sendo distúrbio para a normalidade passa a ser confinada ao espaço da anormalidade).

Nas neuroses, os instintos não dominados pelo ego ou *mudam de aparência*, como no caso das conversões neuróticas, ou se *deslocam*, como nas obsessões. Na sublimação, por outro lado, conforme Freud expõe no *Mal-Estar na Civilização* (Freud 1929; 1961: 79): “A tarefa é deslocar os objetivos instintuais, de tal maneira que estes emergem contra frustrações do mundo exterior... O benefício é grande se for possível extrair prazer das fontes de trabalho físico e intelectual”. Somos constantemente levados à presença de uma característica do processo onírico, *Verschiebung*, ou, no caso de uma conversão histérica, de uma outra característica de *Verdichtung* (condensação). A característica de *Entstellung* aparece também na superfície da *Verneinung*, ainda que de maneira específica.

Estamos aqui diante de um processo parcial de aceitação do recalçado: “Dessa forma, o conteúdo de uma imagem ou de uma idéia recalçada pode chegar à consciência, desde que seja *negada*. A Negação é uma maneira de conhecer aquilo que é negado. Trata-se, realmente, de uma suspensão do recalque [*eingentlich schon eine Aufhebung der Verdrängung*] ainda que isso não signifique, é claro, uma aceitação daquilo que é recalçado.

Podemos ver como, neste caso, a função intelectual está separada do processo afetivo" (Freud 1925b; 1959: 103). O deslocamento aparece no interior da *Verneinung*, a partir de uma dupla expectativa: de fato permite-se que controle o instinto original, que é negado, e, simultaneamente, produza o esforço necessário para que o recalque substitua este instinto por algo com o qual possa ter alguma conexão, mesmo que distante.

Quando o processo de deslocamento de um instinto não ocorre, não podemos mais falar de uma constituição do sujeito em relação a um mundo exterior, mas apenas de *uma psicose que só pode ser classificada como uma confusão alucinatoria*, devido ao fato de que o "ego rejeita a idéia incompatível juntamente com seu afeto e comporta-se como se a idéia não lhe tivesse de forma alguma ocorrido" (Freud 1894; 1962: 58).

Este processo, descrito por Freud, é o processo de *Verwerfung*.² A ausência de uma *Entstellung*, nessa recusa, pode, então, gerar duas espécies de considerações:

a) os vários aspectos que a noção de recusa (*Verleugnung*) impõem à pesquisa freudiana partilham da defesa do desenvolvimento livre do instinto. Essa defesa (*Abwehr*) mostra-se no recalque (*Verdrängung*) na sublimação e na (de)negação como forma de *Entstellung*, deformação, e também como *Verwerfung*, na psicose;

b) apenas no caso de presença de uma *Entstellung* é possível falar de uma constituição do sujeito na qual o ego foi capaz de sintetizar o mundo exterior e o mundo interior. Caso contrário, quando inexistente um deslocamento deste tipo, é impossível que o ego "sintetize" e, desta forma, o sujeito só é constituído a partir de sua impossibilidade de se fazer sujeito.

3. Psicanálise e sistemas significantes

O mecanismo de *Verneinung* permite a compreensão dos aspectos básicos da ruptura epistemológica produzida por Freud.

2. Eis outro problema terminológico. Em geral, os tradutores ingleses de Freud usam o termo *repression* (repressão) para o alemão *Verwerfung*. Desta forma, é realmente difícil distinguir *Verdrängung* de *Verwerfung*. Por isto, adotou-se como tradução de *Verwerfung* a palavra *repelling*.

A *Aufhebung*, que a *Verneinung* consente, representa, ao mesmo tempo, um esforço intelectual de compreensão e seu limite. *Aufhebung* é uma aceitação do que é reprimido, no sentido de que permite incluir a sua representação, mas ao preço da sua separação do conteúdo emocional. Mas essa representação (*Vorstellung*) sem a menor valência emocional só pode recuperar seu significado no interior de um contexto. A renúncia ao contexto intelectual implica, realmente, na constituição de um outro sistema, cujas representações serão definidas de outra forma.³ Devemos lembrar aqui o que Madame de Saint Ange diz, na *Philosophie dans le Boudoir*, ao ser possuída por seu próprio patrão Dolmancé: “Vois mon amour, vois tout ce que je fais à la fois: scandale, séduction, mauvais exemple, inceste, adultère, sodomie!” (Sade. 1976: 154). A cadeia significativa denuncia tanto a dissolução — assim Ferdinand de Saussure coloca — dos elos entre significante e significação como as possibilidades ilimitadas, incluídas na lista, de constituição de *n* ideologias, produzindo, ao mesmo tempo *n* significantes. Só uma inevitável *Entstellung* permite a constituição de uma *Vorstellung* e de uma *Ideologie*.

Paradoxalmente, a *Verneinung* não está, portanto, em conexão estreita com *Aufhebung*, mas com um aspecto da análise. O domínio do recalque, sua aceitação (*Annahme*), passa pelo recolocar da representação: no contexto instintual, liberta do sentimento de culpa. Na análise, a forma deste recolocar é a relação de transferência que os dois sujeitos-protagonistas possuem.

A análise é sempre a comparação com um texto onde “podemos estar certos de encontrar, em algum lugar, escondido, ainda que de forma mudada e extraído de seus elos, o material reprimido e (de)negado” (Freud 1937; 1964: 314). A produção de um sistema significante, uma *Vorstellung*, portanto, é sempre inseparável de uma supressão e de uma recusa (*Verleugnung*) do material que aparece por meio de um deslocamento, de uma dis-

3. O que foi reprimido deve se situar num outro sistema de significação. Para que o instinto reprimido seja aceito neste sistema, deve ser reformulado de maneira aceitável socialmente. Originalmente, na distorção existe, de fato, conforme pode ser provado pela análise da função deformante da censura no trabalho onírico, o problema da incapacidade de se propor o desejo na forma assumida pela primeira demanda física. As formas inotáveis que o reprimido pode assumir, numa maneira sintomática, dependem dos entrelaçamentos distintos que podem existir entre o indivíduo e a ambiência social pela qual ele é expresso e pela qual se exprime.

torção. Tudo isto fica claro no escrito de Freud chamado "Da História de uma Neurose Infantil" (Freud 1918; 1955).

O jovem paciente de Freud forma sua própria subjetividade, ou seja, ele próprio, ao reprimir sua homossexualidade e identificar-se com o papel sexual feminino. Da recusa deste instinto emerge, não apenas algumas características do mundo privado do sujeito, mas, de fato, uma história exterior ao sujeito, precisamente toda a história que lhe permite filtrar seu próprio conflito e transformá-lo numa *Weltanschauung*. A neurose obsessiva com um cenário religioso que, durante certo período, aflige o paciente de Freud, torna-se uma ideologia, um juízo sobre o mundo. A história cultural e, portanto, política também, da Rússia no fim de século e a "constelação de parentes" do paciente de Freud formam um todo inseparável que é a *história do sujeito*. E esse sujeito só pode se apresentar contando sua própria história e restaurando-a com o analista.

A análise freudiana, ao situar-se como crítica de uma história, apresenta-se como uma crítica ideológica. A ideologia, porém, ou seja, a produção do texto de uma história não é outra coisa que a única forma de apresentação do sujeito formado por esta história. A produção de um sujeito, a produção de um texto, a produção de uma ideologia são, do ponto de vista da análise, elementos coincidentes.

BIBLIOGRAFIA

FREUD SIGMUND

1894. *Die Abwehr-Neuropsychosen*, *Neurologische Zentralblatt*, XIII (tr. ing. 'The neuro-psychoses of defence', in "The standard edition of the complete psychological works", vol. III, London, 1962).

1910. *Eine Kindsheitserinnerung des Leonardo da Vinci*, *Schriften zur angewandten Seelenkunde*, (tr. ing. 'Leonardo da Vinci and a memory of his childhood', in *idem*, vol. XI, London, 1957).

1918. *Aus der Geschte einer infantilen Neurose*, *Sammlung kleiner Schriften zur Neurosenlehre*, (tr. ing. 'From the history of an infantile neurosis', in *idem*, vol. XVII, London, 1955).

1925a. *Hemmung, Symptom und Angst*, *Wien Internationaler Psychoanalytischer Verlag*, (tr. ing. 'Inhibition, Symptom and anxiety', in *idem*, vol. XX, London, 1959).

1925b. *Die Verneinung*, *Imago*, vol. 11(3) (tr. ing. 'Negation', in *Sigmund Freud "Collected Papers"*, vol. 5^o, London, 1959).

1926. *Die Frage der Laienanalyse. Unterredungen mit einem Unparteiischen*, *Wien Internationaler Psychoanalytischer Verlag* (tr. ing. 'The question of lay analysis: conversations with an impartial person', in *idem*, vol. XX, London, 1959).

1929. *Das Unbehagen in der Kultur*, *Wien Internationaler Psychoanalytischer Verlag* (tr. ing. 'Civilization and its Discontent', in *idem*, vol. XXI, London, 1961).

1937. *Moses und Monotheismus* (tr. ing. 'Moses and monoteism', in *idem*, vol. XXIII, London, 1964).

RELLA FRANCO

1978. *Leggere Freud: Intorno alla Verneinung (de negatione)*, in 'Nuova Corrente' 61-62.

SADE DONATIEN

1976. *La philosophie dans la boudoir*, Paris.

SEMIÓTICA ALÉM DA CIÊNCIA (II): IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS DO CONCEITO DE SIGNO*

Eduardo Neiva Jr.

* Uma versão levemente modificada deste texto foi lida na Universidade de Viena durante o II Congresso da Associação Internacional de Estudos Semióticos. Agradeço as palavras de estímulo de Ferruccio Rossi-Landi, bem como o auxílio de Carlos Deane. Este trabalho é para Ana Maria.

"... or a formal science, a doctrine of signs, such as logic and that applied logic which is called mathematics. In them reality is not encountered at all, not even as a problem — more than the value of such a semiotic convention such as logic".

Friedrich Nietzsche. *Twilight of the Idols*.

Minha questão é de método. Seu sentido depende de um sutil deslocamento. Não analisarei como as ideologias se expressam em sistemas de signos.¹ Para que se critique esta hipótese, que supõe a neutralidade e a exterioridade tanto dos sistemas de signos como das ideologias, proponho o exame das restrições e das conseqüências ideológicas do conceito de signo em semiótica.

Recentemente, num trabalho apresentado ao I Colóquio Internacional de Semiótica do Rio de Janeiro, me coloquei a necessidade crucial de crítica aos princípios das teorias dos signos. Eu me perguntava: "Não são as concepções teóricas a propósito da linguagem algo mais que conhecimento, mas também meios de perpetuação das formas de poder?"² Uma pergunta, à primeira vista, estranha. Acho que a estranheza se deve ao sentimento de isto ser uma radicalização, ainda que uma radicalização do que já é amplamente admitido sobre as relações entre o poder e a ordem simbólica.

Longe de mim afirmar que esta investigação, em todos os seus termos, seja de minha exclusividade. Não poderia me esquecer de uma antiga leitura: o ensaio "Politics and the English Language", de George Orwell. Foi aí que tive, pela primeira vez, a atenção voltada para a relação entre o exercício da linguagem e a prática de poder: "Cidades indefesas são bombardeadas por ar, seus habitantes expulsos para a zona rural, o gado metralhado, as cabanas queimadas por projéteis incendiários: isto é chamado de *pacificação*. Milhões de camponeses têm suas fazendas roubadas e são obrigados a se arrastar pelas cidades com apenas o que possam carregar: isto é chamado de *transferência*

1. Rossi-Landi, F. Circular de 17 de abril aos participantes do grupo de trabalho n. 13, Sign systems express ideologies: "The idea is that if we said that sign systems express ideologies, we would be also saying that unexpressed but already formed ideologies are waiting somewhere for the arrival of neutral sign systems which are so obliging that they do the nice job of picking up ideologies and express them".
2. Neiva Jr., Eduardo. Drogas e linguagem. Conferência pronunciada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1978.

de população ou retificação de fronteiras". Publicado em 1946, o texto se mantinha atual em 1970. Brutalidade policial passara a ser *segurança*: um exemplo contemporâneo de como os signos mediavam, através da delimitação de campos semânticos, o exercício do poder. Moral da história: tempos novos, velhas práticas.

Jürgen Habermas é outro que coloca o problema, de forma mais abrangente, ao definir ideologia: "As idéias são, em geral, usadas para justificar ações, sem que se leve em conta os dados da realidade, seus motivos reais. Do ponto de vista individual, este processo é chamado de racionalização. Ao nível da ação coletiva é chamado de ideologia".³ A partir desta hipótese inicial, Habermas conceberia três categorias de conhecimento: "Informação, que expande nosso poder de manipulação técnica; interpretação, que permite uma forma de orientação da ação; e a análise, que liberta a consciência de poderes hipostasiados. Tais pontos de vista emergem ligados a determinados meios do processo de socialização: trabalho, linguagem e poder".⁴

Fico com uma pergunta: de que maneira os princípios teóricos participam destes meios de socialização? Uma observação cuidadosa mostraria que as instâncias da vida social são objetos de construção teórica: não há nenhum limite intransponível entre os modelos e as normas de organização da experiência social e os procedimentos teóricos em geral.

Do ponto de vista teórico, gostaria que minha contribuição a este grupo de trabalho tomasse a forma de crítica ao princípio de representação implícito no conceito de signo. A própria hipótese de expressão neutra e exterior dos sistemas de signos e de ideologias é produzida pela característica de representação do signo. Se, de fato, toda relação de poder é produtora, pode-se resumir a questão, afirmando: o conceito de signo é ideológico.

O conceito básico de um projeto científico — aqui, a semiótica — pode perfeitamente participar do ato fundador de um processo de domínio. Especialmente se este conceito receber uma função ideológica de racionalidade e assim legitimar formas de dominação, estendendo-as às esferas da cultura. Dentro do próprio projeto de conhecimento, estes paradigmas conceituais atuam

3. Habermas, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. In: — et alii. *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1975, p. 291-302.

4. *Idem*, *ib.*

como modeladores de poder; criam um sistema de referência, mediador e redutor da ação teórica e empírica forjam os limites do modelo científico e os quadros de uma consciência tecnicista. São atributos da ação ideológica da ciência que podem facilmente ser reconhecidos no projeto disciplinar da semiótica.

Na verdade, o termo *ideologia* é insatisfatório, pois implica a existência de um domínio de engano que pode ser excluído por uma atividade de verdade que, ao mesmo tempo, legitima, socialmente, um possível exercício de domínio e recebe o nome de ciência.

A política que emerge daí coloca-se sob a tensão do verdadeiro e do falso e, assim, deixa de lado o questionamento político dos regimes institucionais de verdade, um dos quais é a atividade científica. Entretanto, o termo *ideologia* é constantemente usado. Não basta dizer que o uso é provisório, precário ou passível de revisão posterior. Algo no conceito *ideologia* permite esta frouxa manipulação.

Então, por que dizer que o conceito de signo é ideológico? Mesmo sem pretender um recenseamento histórico do termo e das definições de *ideologia*, como noção analítica operatória, posso me colocar sob a inspiração de um marco na teoria das ideologias. Penso no texto de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, mais especificamente, seu prefácio.⁶ A crítica de Marx e Engels à Juventude Hegeliana pode servir de demarcação para a análise ideológica que, historicamente, tem por objeto, de um lado, uma teoria da consciência iludida e, do outro, um sistema objetivado de representações: na verdade, as concepções de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* exigiam uma maior articulação teórica com a estrutura social e seus modos de produção social. Em *A Ideologia Alemã* fica implícito que, tanto a formação da cons-

5. Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa/São Paulo, Editorial Presença/Martins Fontes, s/d., vol. 1, p. 15.

"Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondem à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro — e a realidade existente desaparecerá".

ciência, quanto os sistemas de representações (ambos são chamados de *ideologia*) só adquirem sentido no exercício de uma luta. O conceito de signo é ideológico não por seu caráter de falsidade ou de engano, mas por ser instrumento e estratégia de verdade na luta formadora da semiótica como projeto de conhecimento.

A semiótica, que se originou do pensamento de Peirce, é mais do que uma teoria dos signos. "A semiótica de Peirce não é um elemento isolado, independente de sua filosofia, mas interpenetra e é interpenetrada por seu pensamento como um todo. Peirce mantinha que todo o pensamento — eu diria, de fato, toda experiência — se realiza por signos. Sua teoria dos signos é, portanto, uma teoria da experiência, uma teoria da consciência".⁶ Esta afirmação de J. Jay Zeman pára aí; não é estendida a um ponto crítico que permita o debate sobre as concepções do signo como representação. Isto é o que reduz e delimita a natureza das experiências possíveis na teoria semiótica. Acho correto supor que as teorias se depositem como elemento ordenador de controle e homogeneização da experiência.

Tão ou mais importante do que aquilo que uma teoria diz sobre si própria é o que ela deixa de lado. Os manuais de semiótica, por exemplo, se inauguram com uma das definições de Peirce quanto ao signo: "... algo que está para alguém no lugar de alguma coisa com relação a um aspecto ou qualidade".⁷ O objetivo se encerra quase sempre na formulação e na aplicabilidade de uma teoria geral dos signos. O que não se pergunta é a possibilidade de existência de um outro fundamento ou de uma outra materialidade de sentido, que não seja o signo *em suas funções representativas*. Não custa, mesmo sem tomar partido saussuriano, lembrar a insatisfação expressa pelo Curso de Linguística Geral: "quanto a *signo*, se nos contentamos com ele, é porque não sabemos por que substituí-lo". O próprio Peirce chegara a semelhante hesitação. O que os manuais de semiótica não esclarecem é de onde sai este fundamento representativo do signo. Silencia-se esta investigação e produz-se um curioso efeito

6. Zeman, J. Peirce's theory of signs. In: Sebeok, Thomas A. et alii. A pertusion of signs. Bloomington/London, Indiana University Press, 1977, p. 23.

7. Peirce, Charles Sanders. Collected papers. Cambridge, Mass, The Belknap Press of Harvard University Press, 1965, vol. 1, p. 27, § 63.

ideológico: passa-se a supor necessário, natural e mesmo inevitável o papel da representação em semiótica.

A característica de representação depende de uma escolha de método, que se dissemina pela teoria de Peirce. O procedimento formador do signo seria projetado a partir de uma operação dependente da forma analítica do pensamento. O método analítico é concebido, num manuscrito que tratava de *Lições da História da Ciência*, como substituição abstrativa.³

A semiótica constituiria seu objeto (o signo) a partir da abstração de caracteres signícos observados. A inteligência científica seria responsável pela decomposição analítica do que se experimenta. Assim, o elemento analítico que caracterizaria a atitude científica seria a esquematização, a diagramatização da experiência.

Peirce partia do desejo de superar o privilégio dado às realizações científicas como critério de demarcação do que seja conhecimento. Para isto, retorna à proposta de um exame do processo de conhecimento bem próximo das investigações kantianas (Cf. Neiva Jr, E. *Semiótica Além da Ciência (I): A Influência Kantiana no Projeto Semiótico de C. S. Peirce*. *Comum* n. 6, p. 35-43).

Para Peirce, a constituição lógica restrita à ciência e seus produtos não são muito relevantes. O que importa é a descoberta de uma lógica da investigação que auxilie na descoberta de teorias consideradas científicas e válidas. Tudo isto é, ao mesmo tempo, longínquo e muito próximo do kantismo e do positivismo.

Ainda que seja constante a referência à importância da experiência na constituição inteligível de uma hipótese, a experiência — seja a observação, a construção experimental ou a experiência perceptiva — é marcada por um princípio. Refiro-me ao princípio de diagramatização, derivado do *Esquematismo Transcendental* de Kant.

Peirce afirma que da observação de um diagrama sumário é construída uma mera possibilidade. Este poder-ser é remetido ao confronto com o objeto da experiência. Daí se extrai uma representação, cuja generalidade torna homogêneo tanto o diagrama possível como o existente genuíno. É possível, então, visualizar os elementos da relação triádica: signo, objeto e interpretante.

3. *Idem*, *Ibidem*, vol. 2, p. 134, § 227.

O signo é o elemento predominante, formado nos moldes de um fundamento e de um interpretante. O próprio objeto só existe no âmago de uma função — ou uma relação — signica. A carta de 12 de outubro de 1904 que Peirce enviava a Lady Welby dizia: "O mais alto grau de realidade só é atingido por signos". Esta é uma característica capaz de definir a semiótica. Segundo Charles Morris: "A semiótica não se preocupa com o estudo de um tipo particular de objeto, mas com objetos comuns na medida que (e apenas na medida que) fazem parte de uma *semiosis*".⁹

Desta forma, a semiótica constrói seu projeto de verdade. Ainda que na maioria das vezes se reconheçam poucas ou fragmentárias referências às escolhas teóricas de Peirce, é delas que emerge o princípio que afirma: a experiência se move na medida dos signos, ou seja, segundo representações.

Para que se esclareça tal aspecto desta teoria, deve-se perguntar que características as representações assumem em semiótica. A resposta estaria no exame dos elementos da consciência: crença e dúvida. Destes correlatos subjetivos do pensamento, Peirce supõe que o fluxo reflexivo se dirija sempre para a cristalização de crenças. A crença numa representação seria produzida com base em efeitos instrumentais (Cf. o exemplo da representação da *dureza* de um diamante em "Como Tornar Claras as Nossas Idéias").¹⁰

Quem seria o responsável capaz de fixar e definir estas representações de bases instrumentais? Uma comunidade de investigadores, cuja função é gerar mecanismos ideológicos de reprodução social. O conceito de signo é a principal figura da metástase que se irradia a partir deste processo de conhecimento.

A comunidade de investigadores produz um foco de conhecimentos e seus estados correlatos de crença. O papel normativo do conhecimento e da crença implica a criação de hábitos, através de uma metodologia de fixação de crenças.

Um primeiro método para a fixação de crenças seria o da *tenacidade*. Sua característica é a manutenção das representações,

9. Morris, Charles. *Foundations of the theory of signs*. Chicago, University of Chicago Press, 1938, vol. 1, n. 2, p. 4.

10. Peirce, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. São Paulo, Cultrix, 1972, p. 69.

graças à rejeição teimosa de qualquer outra que perturbe o estado de crença.

Além da experiência individual de apego, emerge o método da *autoridade*. A respeito deste método, Peirce afirma que depende de "uma autoridade central capaz de determinar as crenças de toda a comunidade"¹¹, assessorada pela pesquisa de investigadores competentes.

Outro processo de fixação de crenças é chamado *a priori*, e se define pela indução de crenças sem a menor consideração dos fatos: um processo bastante adotado pelos sistemas metafísicos e eficaz pois, segundo Peirce, "sua proposição básica parece agradar à razão". Em termos ideológicos, o método *a priori* funciona como forma sedutora de dominação persuasiva e produção de consenso.

Estará enganado quem encontrar diferenças radicais entre os diversos métodos de fixação de crença e a concepção pragmática de ciência. O método científico, ilustrado no exemplo do diamante (Cf. *Comum* n. 6, p. 39-40), fornece uma representação do mesmo tipo que a de qualquer um dos outros métodos. A diferença é que a representação produzida pelo método científico sai das possibilidades instrumentais de uma hipótese. Tanto quanto às de outros métodos, sua validade deverá ser medida em termos comunitários. As conclusões científicas devem ser únicas e inquestionavelmente admitidas como *verdadeiras*: os mesmos atributos exigidos pelos métodos de *tenacidade*, *autoridade* e *a priori*.

O signo representa o universo, racionalizando-o. Quanto ao papel do signo na racionalização do universo, é preciso dizer que esta propriedade não é responsabilidade exclusiva do conceito de signo. O signo adquire uma função ideológica de racionalidade no contato com a atividade científica. Seria ingênuo discutir se o signo, em si próprio, é responsável por tal efeito ideológico. Neste caso, bastaria a supressão de um conceito no âmbito da teoria para que se extinguisse o efeito ideológico. O projeto de racionalização do universo através do signo é político em sua relação com o modo de produção capitalista.

11. Cf. Peirce, Charles Sanders. *Collected papers*. Cambridge, Mass, The Belknap Press of Harvard University Press, 1965, vol. 1, p. 26, § 59.

Faço aqui um parêntese: por mais admiráveis que sejam (e acho que são) as centelhas do pensamento de Peirce, uma posição crítica deve ser tomada. É possível que assim se experimente o risco noturno de perda total da teoria, mas acredito que os problemas e parte do esforço das soluções adiantadas pelo pensamento recusado se transfiram para a tentativa seguinte à refutação.

A negação de uma teoria é paralela a uma mínima experiência de revolta. A luz que se irradia desta negatividade parece vir de outras experiências sociais de insurreição. Não basta, portanto, incluir a teoria dos signos no instrumental de análise dos fatos sociais. Não é suficiente, também, qualificar a ciência como sorrateiramente ideológica. Melhor é adotar o caráter ideológico do conhecimento e politizá-lo. Um possível sentido político para a semiótica estaria na sua insistência em transformar simultaneamente as relações de produção existentes e as relações de trocas simbólicas.

A ideologia é uma operação de sentido; uma tática relacionada indiretamente, em maior ou menor proximidade, com os modos de produção específicos que intervêm no processo de reprodução social. Esta mediação é feita por unidades de significação, que podem ser signos, funcionando na ordem de um sistema. Qualquer transformação radical dependerá de alteração nos três planos desta espiral que atravessa os modos e as relações sociais de produção, as ideologias e os sistemas de signos e que compõe a vida social.

Não se trata de declarar falsa ou errônea a noção de representação adiantada pela concepção pragmática de ciência. O pragmatismo e sua concepção instrumentalista da verdade é consequência do hiato kantiano entre a coisa-em-si e o fenômeno: produtor da inevitabilidade da representação. Como não posso atingir o conhecimento de essências, suspendo juízo e admito a inevitabilidade da representação, cuja verdade só poderá emergir de suas características instrumentais.

No interior do pragmatismo, uma inevitável teoria da representação: mas é correto afirmar que as unidades de significação se caracterizam, como signos, apenas pela representação? Elas representam na referência de um objeto? O caráter referencial

dos signos é evidente no caso de nomes: o signo não só se refere a algo, como pode estar em seu lugar e assim representa o objeto que nomeia. Não existem signos que escapem a esta caracterização? Os conectivos de uma frase estão em lugar de algo? As conjunções designam o quê? O ato de conjugar? Mas estará este ato no lugar de alguma coisa? Representar é apenas estar no lugar de algo? Se assim for, será signo apenas o que se puder extrair de uma presença para fazê-la existir no modo do que não é presente. Não é verdade que se pode construir proposições não apenas falsas, mas verdadeiras, sobre o que não nos é dado por contato de percepção, ou mesmo a propósito do que é ambíguo e até não-existente?

A substituição não é a única propriedade do signo. O processo signico foge a esta determinação direta de objeto. A noção de representação em Peirce talvez seja mais complexa do que a mera e restrita substituição, mesmo que se apresente incompleta. No livro 2, *Elements of Logic*, parágrafo 228, dos *Collected Papers*, ele afirma: "o signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa este objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que, por vezes, denominei *fundamento de representamen*". Pode-se ver, neste fragmento, uma indecisão em abandonar a característica indutiva de esquematização da percepção formadora do signo. A substituição que o signo operaria depende primitivamente de um caráter de mediação. A deflagração de signos poderá ser um instrumento de conservação ideológica ou de atuação que aponte para uma transformação do modo social. Trata-se, neste último caso, de mover-se na direção de conceber para a materialidade do sentido outros atributos que os do signo. Que atributos são estes? Um *logos* alternativo, um evento dinâmico e material entre superfícies que seja incapaz de produzir formas de controle, seleção, absorção e exclusão de práticas discursivas em sua heterogeneidade. Não se deve esquecer que esse programa faria parte de um processo revolucionário que queira criar linhas de fuga ao atual modo de produção e seu regime de significação e de verdade chamado ciência.

Viena, 6 de julho de 1979

**SEMIÓTICA:
CRÍTICA DA IDEOLOGIA PARA UMA METATEORIA**

Lefteris Roussos

Tradução de
Orlando dos Reis

"La sémiotique ne peut se faire que comme critique de la sémiotique qui ouvre sur autre chose que la sémiotique: l'idéologie".¹

I.

Certamente abordar a ideologia a partir de um ponto de vista semiótico e submetê-la à crítica não é novidade. Semelhantes reflexões já são rotina, sobretudo depois dos trabalhos de R. Barthes (*Mythologies* e *Rhétorique de l'image*) e de U. Eco (*Einführung in die Semiotik*) que remontam, pois, a mais de dez anos atrás.² Em face da importância do tema, tal fato representa uma abertura de caminho que merece todo apoio, contanto que não se identifique "rotina" com "vulgarização" ou mesmo "trivialização" do tema. Em minha opinião, poucos modelos teóricos foram tão maltratados e deturpados em sua aplicação quanto o modelo mitológico de R. Barthes.³

Esse rumo novo que se tornou rotina poderia ser demonstrado perfeitamente, tomando-se por base diversos estudos que procuraram realizar uma análise crítica da publicidade. A relação entre a ideologia e a semiótica parece externa nestes trabalhos, pois a semiótica, freqüentemente, é conceituada como um componente pronto de montagem (*Bausatz*), uma espécie de álgebra de signos que precisa apenas ser empregada. Também se hipostasia muitas vezes a ideologia como um objeto qualquer de análise. O problema da aplicação do conceito de ideologia não é novo. Já em 1951, Max Horkheimer queixava-se do prejuízo que este conceito estava sofrendo em seu perfil teórico.⁴ Por essa razão, uma das tarefas mais urgentes da teoria do conhecimento é o restabelecimento hoje do conteúdo teórico do conceito de "ideologia".

Esta tarefa requer, quanto à relação entre semiótica e ideologia, uma conceituação bem diversa da já mencionada, que prefere

1. Kristeva, Jilila. *Σημειωτική*. Recherches pour une sémanalyse. Paris, 1969, p. 31.
2. Cf., por exemplo, Ehmcr, K. (org.). *Beiträge zur Kritik der Bewusstseinsindustrie*. Colônia, 1971. Este volume, que serviu de modelo para análises posteriores, é o que melhor evidencia a receptividade dos trabalhos indicados de R. Barthes e U. Eco.
3. Cf. Murken-Altrogge, Christa. *Werbung Mythos Kunst am Beispiel Coca-Cola*, Tübingen 1977, p. 9, onde é citado quase que somente a título de ilustração.
4. Horkheimer, Max. *Ideologie und Handeln*, em id., *Sozialphilosophische Studien*. Frankfurt a. M., 1972, p. 59-67, 59. (Publicação originalmente em *Soziologische Forschung in unserer Zeit*, no aniversário de 75 anos de Leopold von Wiese. Organizado por Karl Gustav Specht, Colônia e Opladen, 1951, p. 22-227).

ver nela somente uma relação de instrumento-objeto. A citação de J. Kristeva no início destas considerações poderá nos conduzir a essa outra direção, pois coloca os conceitos de semiótica e de ideologia em bases completamente diferentes. A conexão entre semiótica e ideologia já não se apresenta como uma relação externa, mas interna e necessária, pois a abordagem da ideologia surge como o resultado de uma atitude imprescindível para a própria semiótica: a atitude de autocrítica.

Se hoje ainda me refiro a estudos relativamente antigos, é porque, em minha opinião, não se esgotaram inteiramente as possibilidades resultantes de um tal princípio, possibilidades teórico-científicas e práticas da discussão da teoria. Assim sendo, este trabalho pode ser visto como uma contribuição aos esforços por uma semiótica que realize a crítica da ideologia: uma semiótica definida como metateoria e que podemos qualificar como reflexiva (*reflexiv*).

Infelizmente, o espaço de que disponho não me permite uma explicitação maior do tema. Por esse motivo, abordarei apenas em que sentido é viável falar-se de semiótica como metateoria, quais as implicações desse fato para a relação entre a semiótica e a ideologia e as implicações para uma abordagem semiótica da ideologia. Neste contexto, importa indicar o papel que cabe à teoria semiótica como lugar em que a ideologia pode ser explicada e a partir do qual seria possível empreender uma crítica à ideologia.

II.

Cumpré esclarecer de antemão alguns pressupostos a fim de que estas questões sejam discutidas com maior visão. Em seguida, tentarei interpretar estes pressupostos em suas linhas gerais. No entanto, por falta de espaço, deverei excluir a exposição de suas implicações.

1. O modelo base-superestrutura nos permite conceber a sociedade como um todo, pois abrange tanto a ação em sociedade quanto a capacidade intelectual dos homens individualmente. Aceitá-lo nos força a classificar qualquer fenômeno, seja ele de ação prática ou de operação mental, dentro da relação base-superestrutura. Esta relação não se define como um mecanismo

de causa o efeito, mas como uma correlação dialética. Neste contexto, é importante esclarecer que as relações de base e as estruturas da superestrutura condicionam-se mutuamente numa determinada época histórica. Tal condicionamento, no entanto, não é obrigatório, pois as relações da base e as estruturas da superestrutura podem até mesmo estar em contradição, na medida em que esta relação é por si mesma um reflexo das relações contraditórias de base.⁵

2. Considerar a língua humana como um sistema de signos significa que ela pode ser objeto da semiótica como ciência dos sistemas de signos. Mas a língua se distingue qualitativa e fundamentalmente de todos os outros sistemas de signos por sua complexidade e sobretudo por sua capacidade de ser "metalingüística", não apenas em relação a todos os outros sistemas de signos, mas também em relação a si mesma. Somente com o auxílio de uma língua é possível descrever os fenômenos de uma "língua". Como adiante veremos, este ponto é de grande importância para a definição da semiótica como metateoria. O caráter de modelo da língua se apóia na pesquisa de outros sistemas de signos, o que, naturalmente, não pode conduzir a uma identificação da língua com estes sistemas de signos. A língua humana é o fundamento de todos os outros sistemas de signos, pois, embora estes não se esgotem na língua, também não podem ser vistos como meras cópias dela.

3. Esta qualidade metalingüística da língua — isto é, que através da língua não só trocamos idéias, mas também o próprio pensamento se realiza com o auxílio da língua — permite que equiparemos língua e consciência: "A língua é tão antiga quanto a consciência — a língua é a consciência prática, efetiva, que também existe para os outros homens e, portanto, também para mim".⁶

4. Como quarto pressuposto, resta precisar a questão do lugar no modelo base-superestrutura, em que se classificam os sistemas de signos e em especial a língua. Para tanto, tocaremos no cerne da filosofia da linguagem, porque, conforme esta questão for respondida, será decidido de que modo procederemos.

5. Marx, K. e Engels, F. Die deutsche Ideologie, MEW, vol. 3, p. 9-550, 31a.

6. Ibidem, p. 29 (grifado no original).

No entanto, prefiro renunciar a uma discussão mais esmiuçada do tema, pois, dada a importância da problemática, uma exposição muito concisa poderia dar margem a equívocos em vez de levar a uma elucidação do problema. Pretendo, pois, seguir a proposta de Ferruccio Rossi-Landi, que podemos considerar válida, em vista dos longos anos de esforços deste autor por uma genuína teoria marxista da língua.

Partindo de uma interpretação distinta, Rossi-Landi formula a hipótese de que os sistemas de signos devem ser considerados como mediadores entre a base e a superestrutura.⁷ Esta hipótese me parece muito melhor do que as posições de Marx e Engels, igualmente muito distintas, sobre este tema, como também, até certo ponto, a decidida recusa de Stalin em classificar a língua na superestrutura.⁸ Além disso, a proposta de Rossi-Landi tem a vantagem de contribuir para a problemática da relação entre a base e a superestrutura, pois, com isso, ele esclarece aquela região crítica entre ambas, decisiva para a sua ação de reciprocidade dialética.

Servindo-nos ainda da metáfora de F. Engels para elucidar o reflexo ideológico das relações da base sobre a superestrutura, vemos confirmar-se a suposição de Rossi-Landi de que a análise dos sistemas de signos como mediadores entre a base e a superestrutura pode contribuir para o esclarecimento das questões em torno da investigação da ideologia.⁹ Assim, as "lentes convergentes" seriam os sistemas de signos, e, em especial, a língua.

Embora Umberto Eco não parta explicitamente de um ponto de vista marxista, reconhece, porém, na pesquisa semiótica (termo que ele prefere empregar neste contexto em vez do conceito "semiótica"), no último capítulo de sua obra *Einführung in die Semiotik* ("Introdução à Semiótica"), uma posição intermédia entre os "mundos 'fechados' dos sistemas semióticos" e "a abertura do processo que os abrange e reestrutura".¹⁰

7. Rossi-Landi, F. Sign systems and social reproduction, em *Ideology and Consciousness*, 3. Londres, 1978, p. 49-65, 61s, e um especial 64.

8. Stalin, J. *Der Marxismus und die Fragen der Sprachwissenschaft*. Berlin, 1954.

9. "Acontece com os reflexos económicos, políticos e outros o mesmo que com os reflexos no olho humano. Eles atravessam uma lente convergente e se representam como imagem invertida no cérebro". Engels, F. Brief an Conrad Schmidt vom 27-10-1890, MEW, Berlin, 1967, vol. 37, p. 488-495.

10. Eco, U. *Einführung in die Semiotik*, Edição alemã autorizada por J. Trabandt, Munique, 1972, p. 438s (Original: *La struttura assenta*, Milão, 1980). É interessante notar que esta parte do livro não mereceu tanta atenção quanto, por exemplo, as p. 267-292.

Cumpre, enfim, assinalar a proximidade da concepção de Rossi-Landi, construída com base no materialismo histórico, com as idéias de W. v. Humboldt, tais como na seguinte formulação: "a linguagem é um mundo que se situa entre a realidade que aparece externamente e a que atua em nosso interior".¹¹ Ou esta: "Le langage se place entre l'univers et l'homme; il nous représente bien le premier, mais d'après sa façon".¹² O conceito de "mundo linguístico intermédio" de L. Weisgerber, frequentemente mal entendido, também se reduz a esta formulação de W. v. Humboldt.¹³

Em nosso caso, estes pressupostos apresentam-se, por sua vez, "sem pressupostos". Deixo-os assim mesmo, embora eles dêem margem a controvérsias, pois o importante aqui é chegar a uma primeira base de entendimento.

III.

Como definir a semiótica como metateoria? De acordo com o que acima expusemos, podemos agora acrescentar algumas constatações. As ciências podem ser definidas, *grosso modo*, de acordo com os seguintes elementos: uma ou mais teorias das quais se deduzem hipóteses, uma série de métodos e seu respectivo objeto. Além deste último elemento (a respeito do qual nem sempre vale o que estamos afirmando), todos os outros elementos de definição de uma ciência também são operações mentais e, portanto, como tais capazes de serem construídas mediante sistemas de signos, em que se pressupõe a língua como o sistema de signos de determinação última.

Se admitimos que as teorias são construídas por sistemas de signos, então a semiótica, como teoria dos sistemas de signos (e assim a definimos) é metateoria, isto é, uma teoria de segunda instância, por meio da qual outras teorias podem ser analisadas. Em consequência destas considerações, não é possível

11. Leitzmann, Albert (Org.). *Wilhelm von Humboldts Werke*. Berlin, 1904. Reedição fotomecânica, Berlin, 1968, vol. 3 (1799-1818). *Latium und Hellas oder Betrachtungen über das classische Altertum*, p. 136-170, 167.
12. Humboldt, Wilhelm von. *Essai sur les langues du Nouveau Continent*. *Werke*, 1. c., vol. 3, p. 300-304, 331.
13. Schmitter, P. *Zeichentheoretische Erörterungen bei Wilhelm von Humboldt*. Vorstudie zum Problem der Integrierbarkeit von divergierenden Bedeutungstheorien, em Schützeichel, R. (Org.). *Sprachwissenschaft*, 1977, vol. 2, p. 151-180, 174, onde ambos os textos de Humboldt são citados.

pensar em nenhuma teoria que desempenhe a função de meta-teoria em relação à semiótica. As operações metateóricas na semiótica só podem ser realizadas a partir dela mesma, pois coincidem seu objeto e meio de desenvolvimento. Neste sentido, a semiótica pode ser chamada de ciência reflexiva (*reflexiv*). Entre as ciências ela ocupa uma posição análoga à que a língua ocupa entre os outros sistemas de signos.

IV.

Partindo dos mesmos pressupostos, tentemos agora identificar, do ponto de vista da semiótica, em que lugar e sob que forma são visíveis os efeitos da práxis social. As bases teóricas de nossas considerações encontram-se em W. v. Humboldt, como há pouco referimos, e também em F. de Saussure.

Por falta de espaço, não poderei fundamentar aqui minha argumentação em ambos os autores paralelamente, embora fosse muito interessante e necessária esta comparação.¹⁴ Por isso limitar-me-ei a Saussure, que fornece os mais expressivos argumentos para uma interpretação concisa como a presente.

Lembremo-nos que Saussure chega a uma definição completa de língua (*langue*) em três etapas sucessivas.¹⁵ Na primeira, ele obtém o conceito *langue*, ao mesmo tempo em que o define como *langage moins la parole*. Contudo, isso consegue apenas isolar os aspectos individuais da língua. A seguir ele define seus aspectos sociais, associando-lhe uma *masse parlante*. E só depois de levar em consideração o conceito "tempo", chega ele, na terceira etapa, à caracterização completa da língua, considerada não só como realidade social, mas também como fato histórico: "C'est l'action du temps qui se combine avec celle de la force sociale; en dehors de la durée, la réalité linguistique n'est pas complète et aucune conclusion n'est possible".¹⁶

A introdução da categoria "tempo", que se tornou necessária não só para se julgar os aspectos sociais, mas também os aspectos históricos da língua, implica duas coisas distintas: em primeiro lugar, a idéia da transformação e, em segundo, a consi-

14. Para uma primeira dessas comparações, veja igualmente P. Schmitter, l. c., p. 165s.

15. Saussure, F. *Cours de linguistique générale*, Edition critique préparée par Tullio de Mauro, Paris, 1978, p. 112s.

16. *Ibidem*, p. 113.

deração e introdução de um conceito fundamental ulterior da teoria de Saussure, ou seja, o conceito de valor (*valeur*).

Em Saussure verificam-se, então, duas abordagens distintas deste termo. A primeira encontra-se no capítulo "La linguistique statique et la linguistique évolutive" parágrafo I: "Dualité interne de toutes les sciences opérant sur les valeurs"¹⁷, no qual ele associa a um determinado tipo de ciência a linguística ao lado das ciências econômicas. Para esse tipo de ciência, a categoria "tempo" implica, por isso, o desdobramento de duas disciplinas diferentes dentro da mesma ciência, pois nela se conhece o conceito valor (*valeur*). Para tais ciências torna-se necessária uma abordagem sincrônica e outra diacrônica a serem realizadas em separado.

A segunda abordagem procura determinar o papel de valor (*valeur*) no interior da linguagem.¹⁸ Sob esse aspecto, o conceito *valeur* confundiu-se com o de *signification*, perigo para o qual adverte o próprio Saussure.¹⁹ Mas esse aspecto de *valeur*, cuja posição de valor teórico muito se aproxima do conceito de articulação em Humboldt²⁰, requer uma fundamentação no social: um indivíduo sozinho dificilmente consegue estabelecer um valor. Deste modo, este conceito em Saussure se fundamenta, sob ambos os pontos de vista, na forte interdependência entre a língua e a práxis social. Este é um dos momentos mais férteis da teoria linguística de Saussure que, juntamente com o princípio da arbitrariedade do signo linguístico e ligado às idéias de articulação colhidas em Humboldt, conduz à teoria dos campos da palavra em Trier.

V.

As últimas considerações nos trazem para bem perto do ponto que investigamos na teoria semiótica, onde esperamos descobrir a influências da práxis social. Porém, antes de determinar este ponto com maior exatidão, devo voltar mais uma vez a Saussure. Com ele, podemos afirmar que qualquer transformação no sistema da língua implica inevitavelmente numa transformação

17. *Ibidem*, p. 115-117.

18. *Ibidem*, p. 158-162.

19. *Ibidem*, p. 158.

20. Para se compreender o conceito de articulação em W. v. Humboldt, compare F. Schmitter, l. c., 170, onde as indicações bibliográficas correspondentes são citadas.

(*déplacement*) da relação (*Verhältnis*) entre *signifiant* e *signifié*. E como qualquer modificação desta relação implica numa transformação de valor (*valeur*), é possível afirmar que as transformações na língua podem ser interpretadas como transformações de *valeur*.

Se a última afirmação é correta, isso quer dizer que encontramos o lugar que procurávamos na teoria semiótica. Seria exatamente o lugar ocupado pela categoria de *valeur* e que poderia ser descrito e analisado com o auxílio da teoria dos campos semânticos. É correto afirmar isso porque as transformações de *valeur* significam transformações na organização dos campos semânticos.

Com isso podemos dizer de que modo é possível compreender a ideologia semioticamente. Quando estamos preparados para entender a ideologia ao menos no sentido da determinação mínima (*Minimalbestimmung*) de Max Horkheimer²¹ e não no sentido da linguagem corrente, como é por exemplo o caso de "metafísico", "utópico", "não-pragmático", etc., então podemos ver a ideologia como uma forma de consciência e, portanto, como uma forma determinada e mais concreta da língua e da organização dos campos semânticos.

É possível pensarmos esta organização dos campos semânticos independentemente da ideologia, se pudermos afirmar que ela corresponde efetivamente às relações da base. Por outro lado, ela é ideológica na medida em que reproduz de forma inversa as relações da base. Assim, chegamos ao fim de nossas reflexões. Dentro do esboço que fizemos, os conceitos de semiótica e de ideologia têm referência mútua. Uma semiótica crítica à ideologia teria entre outras a tarefa de analisar a organização do campo semântico, para medir esta organização nas relações que lhe servem de base. Esta última definição ultrapassaria, sem dúvida, os limites da semiótica. A vantagem deste princípio fundamenta-se em dois fatos:

1) Ele está construído diretamente sobre um momento central da teoria dos signos.

21. "Embora a palavra 'ideologia' seja utilizada hoje com sentido universal e difuso, ela inclui ainda um elemento que contraria a pretensão do espírito de ser considerado como absoluto de acordo com sua existência ou seu conteúdo". Horkheimer, Max, l. c., p. 59.

2) É possível partir das experiências e métodos de uma teoria que já existe há muito tempo, a teoria dos campos semânticos, para a superação do conceito vago de conotação.

VI.

Como não poderia deixar de ser, esta exposição permanece fragmentária. Foi possível abordar e discutir apenas alguns momentos da teoria dos signos. Nem mesmo poderíamos chamá-los de "novos", já que, como vimos, as maneiras de questionar o problema são conhecidas há muito tempo. Mas foi precisamente a isso que nos propusemos.

Nesta época, como mostram os novos rumos, a teoria semiótica se acha fortemente exposta aos abusos da ideologia e se torna mais do que necessário submeter a semiótica a uma "retomada de consciência" crítica. Neste sentido, poderíamos reasumir a citação de J. Kristeva com que iniciamos esta exposição,

O MOMENTO DO PLANO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UM TEMA TÉCNICO

Oscar Steimberg e Oscar Traversa

Tradução de
Rose Schlesinger e Carlos Deane

0. Comentário preliminar

Quando no diálogo corrente, na prática política ou jurídica ou nas atividades religiosas, educativas ou comerciais se diz algo — seja através de uma locução breve, um longo discurso oral ou escrito, ou uma mensagem mista (cinematográfica, televisiva) — de maneira intencional por parte de quem o produz ou fora de qualquer propósito consciente, como resultado (sempre conjectural) desse ato, se supõe (ou se pretende) uma mudança de conduta, de valores ou de convicções nos ouvintes.

O ato intencional, a produção deliberada de um discurso para convencer um auditório de algo, recebeu o nome de discurso persuasivo. Suas técnicas percorreram a história do pensamento desde a Grécia até nossos dias, englobadas em diferentes espécies e com diversos privilégios genéricos e estilísticos. Em compensação, as modificações não intencionais produzidas pelos discursos só há pouco tempo se tornaram objeto de preocupação, salvas as exceções. E não é exterior a esta preocupação atual a expansão dos meios modernos de comunicação de massa.

Estes dois grandes campos de reflexão — separados tanto em relação ao momento histórico de sua emergência como no que se refere às disciplinas que procuram abordá-los — descobrem em nossos dias pontos de contato e necessidades comuns de reformulação. Como fator de uma “sacudida” epistemológica neste domínio, opera a progressiva (e inacabada) constituição dos discursos como um objeto específico de indagação — esforço plural constituído sob o rótulo de Semiótica.

Problematizando as mensagens, advertindo sobre suas diferenças, descrevendo as diversas posições do sujeito que elas determinam, não se faz outra coisa em semiótica que começar a gerar novas pautas para desfazer a complexa trama rotulada pela sociologia dos anos 30 como o problema ou a questão do “efeito”.

Está claro, ou ao menos é interessante pensar deste modo, que a elucidação da velha questão do efeito é impossível se não se atribui às mensagens o papel de agentes. Pensada deste modo, a persuasão (tema do passado e tema mais que atual) não seria outra coisa que um subcapítulo do tema global do efeito ou, no máximo, uma espécie de derivação “técnica” de uma reflexão

“básica”, e, como tal, sujeita sempre às mudanças e movimentos dos estudos de tipo fundamental.

Observando-se a questão deste modo, põe-se de lado a rústica empiria ainda vigente neste terreno, enquanto que os problemas éticos, que tanto têm fatigado os profissionais e estudiosos, passam a ser colocados em novas bases. Não será mais a “intenção”, nem a “experiência”, nem as decisões políticas “a priori” que governarão a produção e o planejamento da produção das mensagens, mas um saber frágil, em movimento, instável às vezes, porém suscetível de refutação, coisa que não ocorre com o exercício de uma mera “boa consciência prática”.

Até o momento, nos trabalhos de âmbito acadêmico ou universitário, a relação entre determinação dos efeitos e planificação da comunicação tem sido freqüentemente elidida por algumas das mencionadas razões “éticas”: a utilização da investigação com propósitos extracientíficos costuma ser impugnada em nome de uma pureza gnosiológica de signo político confuso, mas de atitudes muito rígidas. No outro campo — o das aplicações educacionais ou persuasivas — o problema é diferente: não se dispõe de ferramentas metodológicas que permitam relacionar as investigações “sobre o público” (enquetes, pesquisas grupais sobre a recepção de uma mensagem) com traços específicos de um estilo ou gênero comunicacional. Isto se deve, em parte, à predominância de critérios e perspectivas originários de uma fase da sociologia dos meios de comunicação, através dos quais se problematiza o tema dos receptores mas se mantém a mensagem como uma “caixa negra”. Uma ainda incipiente aplicação dos métodos semiológicos de análise (especialmente na publicidade) introduziu um enriquecimento na provisão de dados sobre a mensagem, mas só agora começa a enfrentar o problema da relação entre saber sobre a mensagem e saber sobre o público. Encarando esta questão específica, este trabalho tenta fundar um novo tipo de indagação sobre estilos e gêneros que se projete no “momento” de produtividade destes, aquele em que suas características circulam como condicionamento e estímulo para a expressão de diversos setores sociais ou, mais exatamente, “socio-estilísticos”. A proposição se liga a uma área contemporânea da teoria semiótica geral, a que abarca o estudo de fenômenos de

intertextualidade e transposição, que associam, em contextos sociais diferentes, mensagens, gêneros e estilos, entre si e com suas diversas instâncias de enunciação.

1. O Plano: um problema da (nova) retórica dos meios de comunicação

Na conclusão de seu *Aide-memoire*, que trata da retórica antiga, Roland Barthes aponta nos meios de comunicação de massa um traço antes mal entrevisto pelos críticos ou técnicos: o do reservatório do aristotelismo. Nos meios de comunicação, sugere Barthes, sobrevivem as classificações e delimitações de gêneros da retórica clássica, com suas divisões entre mensagens "altas" e "baixas", com as precisões sobre as submissões temáticas e formais de cada um e com sua constante referência a perspectivas comunicacionais, centradas na manutenção de um contato conhecido e previsível entre obra e espectador.

A observação de Barthes é talvez histórica; nesse caso, recairia sobre uma determinada etapa do desenvolvimento dos meios de comunicação, mas não sobre seu destino provável. Se, ao contrário, a observação fosse menos histórica que da ordem da descrição de um sistema, seus limites e condições de produção, ela assumiria características mais apocalípticas, nos termos da alternativa bipolar formulada por Umberto Eco. Mas, seja como for, define um campo de pesquisa privilegiado: o dos alcances e propriedades particulares desse novo aristotelismo. E uma das subáreas desse campo, a que abarca a provisão técnica do plano de exposição ou argumentação, não deveria separar-se deste registro; entre outras razões porque ali se apóia a possibilidade da operação dos meios de comunicação, no que diz respeito ao planejamento e controle de suas mensagens. Trata-se, lembremos, de um campo em que o componente aristotélico se apresenta como dificilmente contornável: mesmo a vigilância com respeito à interferência das diversas formas de censura implica o trabalho sobre um plano e o exercício de um controle.

Antes mesmo de Aristóteles, a retórica jurídica já havia estabelecido uma fronteira conflitiva no interior da arte da argumentação: aquela que se pode traçar entre a *invenção* e a *dispo-*

sição. A Idade Média, avançando mais no campo minado da primeira instância, refletiu sobre a extensão e a complexidade do momento planificador através de verdadeiras histórias de trabalho, como as de Tomás de Aquino e Ramón Lull.¹ Mas esta parte do receituário prescritivo de uma prática retórica não parece ter renascido nos meios de comunicação contemporâneos com a força das classificações de gêneros e suas regularidades de forma e conteúdo. Atualmente, o discurso da planificação dá, também, mostras de sua insistência histórica, mas de maneira vaga, contraditória e bastante incipiente. Talvez haja razões sociais, culturais e até políticas para que assim seja; talvez os efeitos buscados nos discursos da época clássica se apresentassem como mais circunscritos e seus emissores estivessem mais seguros, ou fossem menos lúcidos, quanto ao que esperavam de seu desempenho. De qualquer modo, o discurso da planificação é, agora como naquela época, uma instância socialmente necessária do intercâmbio de mensagens, ainda que a base de sua mecânica possa ser alternativamente racional ou intuitiva, seu controle social torne-se concentrado ou múltiplo e seus objetivos de comunicação permaneçam ocultos ou sejam explicitados. O lugar de privilégio do discurso planificador é o das mensagens persuasivas; mensagens necessárias a toda sociedade, mas, em especial, a toda sociedade sem mitos estáveis, com discursos que submetam sua quota de poder à fragilidade mitificadora das sociedades "quentes".² A análise da planificação e o ensaio experimental de sua articulação com a letra concreta da mensagem fornecerão informação sobre esse componente do curso produtivo dos meios de comunicação. O texto que se segue criticará primeiro o espectro atual das práticas analíticas que se relacionam com a planificação da mensagem (com sua margem: as

1. Uma resenha útil dos métodos de invenção e exposição encontra-se em Yates, Frances A. *El arte de la memoria*. Madrid, Taurus, 1974.

2. Aqui, a referência será outra vez Barthes que, em suas *Mitologias*, inaugurou a perspectiva analítica que corresponde ao tratamento dos mitos das sociedades "não míticas", com sua carga histórica e sua densidade significante. Cf. Barthes, Roland. *Mitologies*. Paris, Seuil, 1957 e 1970. Esta obra se insere com um sentido particular na perspectiva aberta em fins do século XIX por Emile Durkheim, e continuada neste século por Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss. As *Mitologias* apontam a necessidade de gerar frutos metodológicos que permitam estender o estudo dos mitos a campos nos quais a aplicação ou a discussão "diretas" de perspectivas gerais pelo trabalho com sociedades "ritas" implicariam uma extrapolação regressiva. Não se nota a mesma preocupação em tentativas polémicas como a incluída no livro de Gillo Dorfles, *Nuevos ritos. Nuevas mitos*. Barcelona, Lumen, 1968, p. 62a.

técnicas "criativas") e esboçará depois uma proposta visando questionar certas condições gerais da circulação social das mensagens e contribuir para criar esquemas pertinentes de planificação.

2. A diversidade dos "planos de comunicação": preferência pelo conteudismo, o psicologismo, o invencionismo

Nas investigações que tendem a possibilitar a planificação das mensagens, diversas metodologias foram colocadas à prova nos últimos decênios. Talvez convenha assinalar uma especialização institucional ou política. Em realidade — as causas, ao que parece, ainda não foram investigadas — essas metodologias, assim como as teorias da mensagem que funcionaram implicitamente como seu esteio, não têm sido as mesmas nas investigações de "interesse público" e nas de ordem "privada". A grosso modo, pode-se dizer que na atualidade predominam as análises de conteúdo, com sua extensão à investigação da dinâmica correlativa dos grupos sociais, nas pesquisas programadas por organismos públicos ou instituições supranacionais. Por outro lado, progrediu a investigação qualitativa de tipo psicológico — e em certos países também semiológico — em pesquisas não públicas, com propósitos de planificação relacionados com mensagens institucionais ou promocionais privadas. Situam-se naturalmente fora desta descrição as pesquisas, privadas ou públicas, dirigidas exclusivamente a objetivos científicos de averiguação da mensagem ou da comunicação, não orientadas para a sua articulação com uma prática planificadora nem com a posterior determinação de efeitos sociais através da produção de mensagens.

Pois bem: não há razões para se pensar que os problemas de planificação sejam tecnicamente distintos para as áreas "pública" e "privada", ainda que os efeitos finais dessas diferenças na planificação o sejam. Em outro momento preparatório da instância da realização (o da *inventio*), as práticas geradas pela instituição pública e pelo interesse privado têm, ao contrário, coincidido na incorporação de certas perspectivas e métodos: foi o que sucedeu com as técnicas denominadas de *brain storming* e *cinéticas*.*

3. Sobre estas técnicas, podem ser consultados em castelhano Gavy A. Davis & Joseph A. Scott, *Estrategias para la creatividad*, Buenos Aires, Paidós, 1975. Biblioteca del Educador Contemporáneo, e E. de Bono, *Vías para el pensar práctico*, id. *ibid.*

Talvez a disjunção que se registra no plano da análise venha, em parte, dos diversos imaginários sociológicos com os quais funcionam o projeto público, por um lado, e o plano promocional particular, por outro. No primeiro caso, imagina-se habitualmente trabalhar com grandes realidades nacionais ou com regularidades históricas extensas; no segundo, supõe-se, ao contrário, operar com conjunturas especiais, instantes da oferta e da procura que só estabelecem articulações frágeis com períodos históricos mais abrangentes. Também podem operar como fatores destas divergências as diferenças na aceitação de certas práticas profissionais (um psicólogo ou um semiólogo encontram um tipo de resistência diferente da que se faz a um economista ou um sociólogo na maioria das instituições públicas, presas a perspectivas epistemológicas e categorias acadêmicas mais clássicas). E como condição de produção desse fenômeno, devemos assinalar o caráter insular e desarticulado das conquistas ou tentativas internas às ciências sociais, em oposição à maior integração conceitual, informacional e institucional das ciências fáticas e sua tecnologia. Esta condição (em geral, restritiva) da produção acentua-se naturalmente em áreas como a dos países latino-americanos, onde a desintegração interna das ciências sociais se vê agravada pelo caráter heteronômico de seu funcionamento, primordialmente relacionado com centros de produção europeus e norte-americanos.

Contudo, reiteremos, a mesma divergência não se produziu no campo das "técnicas de criação", talvez porque estas atendam a exigências mais imediatas⁴, nem nas instâncias mais afastadas das diversas correntes de sistematização conceitual. Essas técnicas são de utilização limitada, mas não restrita a áreas institucionais precisas, ou a setores produtivos determinados. O que lhes sucede é a manutenção de sua desconexão com a instância analítica, seja esta qualitativa ou quantitativa.

3. Um campo atual de crítica e produção metodológica

De qualquer maneira, será preciso desenvolver e conectar as diferentes etapas em que se divide a planificação, atentando para

⁴ As experiências citadas por Davis e Scott (op. cit.) e pelos autores que eles compilam se resolvem em decisões administrativas, inovações em técnicas de venda, avanços na engenharia industrial, modificações num plano de atividade educativa etc.

o fenômenos global da vida social das mensagens (e não unicamente para suas restrições de conjuntura, ainda que se trate de conjunturas de longa duração). Esta reformulação implicará necessariamente a crítica dos pressupostos da prática atual e o desenvolvimento de técnicas mais adequadas a cada momento da planificação. Só depois de colocados, sob esta perspectiva, os avanços contemporâneos no campo das ciências sociais, é que será possível uma integração teórica e metodológica que não consista na soma de técnicas e perspectivas de orientação heterogênea — como ocorre quando se aceita como invariante a dispersão. A orientação adotada para as anotações do presente trabalho — que visam possibilitar um avanço inicial na fundação de um campo de convergência metodológico — será concretizada no esboço de uma técnica apta para encarar aspectos não resolvidos da planificação de mensagens, superando a distância hoje existente entre métodos analíticos e técnicas de criação.

Esta tentativa, como veremos, parte da reflexão sobre duas dimensões da circulação das mensagens de massa:

1) A que compreende as articulações da mensagem que deverá circular com classificações e hierarquizações conceituais preexistentes — ainda que não manifestas — no público (suporte mítico)⁵ e

2) a que se refere às conexões “formais” desta mensagem com outras posteriores (suporte estilístico).⁶

Trata-se, no caso das “novas” mensagens, daquelas que o “público”⁷ emite na área das relações sociais correspondente, nas

5. Entendemos por mito, dentro dos limites deste trabalho, o conjunto de significações sociais a que um enunciado (palavra, frase, imagem, objeto) revestia. Significações cuja natureza é organizada e conflitual, e não apresenta uma manifestação direta e transparente apreensível pelos atores sociais. Exemplo: por trás do enunciado “A alternativa do futebol argentino é Menotti (técnico da seleção campeão da Copa 78) ou Menotti” subsiste a proposição mítica que atribui um caráter de natureza às possibilidades organizativas de um personagem, ocultando a trama de contradições contingentes que afetam historicamente tal unidade de ação. O estudo deste suporte mítico deveria dar conta da trama conceitual latente que torna possível a vigência social desse enunciado.
6. Denominaremos por enquanto “suporte estilístico” o conjunto de operações capaz de produzir um conjunto de mensagens que apresentem entre si uma semelhança de grupo baseada em regularidades lexicais, sintáticas, figurais, enunciativas etc., que transcendam o nível dos conteúdos manifestos.
7. Denominação já inadequada, porque o receptor do desenho industrial, da propaganda ou da publicidade não é unicamente espectador nem unicamente consumidor dos discursos e objetos que opera. A inadequação do termo produziu-se em relação à mudança de ótica registrada com respeito à circulação das mensagens. A clássica polaridade, com um extremo ativo (a emissão) e outro passivo (a recepção), é

situações de diálogo em que se incorpore e metabolize a mensagem-estímulo.

É evidente, acrescentemos, que o mencionado "suporte mítico" tem sido muito mais estudado pelas ciências sociais que o "suporte estilístico", que ficou confinado nos estudos estéticos e com redefinições circunscritas à psicanálise.

De uma maneira geral, o suporte do estilo deve ser considerado ainda como um lugar vazio dentro do campo de investigação relacionado habitualmente com a planificação dos discursos sociais. Isto sucede, paradoxalmente, com mensagens múltiplas e complexas como o desenho industrial e a publicidade. O lugar dessa definição permanece vazio porque suas possibilidades são externas aos resultados característicos da indagação psicológica e contrárias aos resultados concretos dos grupos "criativos". Apesar de que continuam apresentando-se — lógica e produtivamente — como necessárias não só na instância da planificação estratégica mas também na que corresponde à elaboração da mensagem e ao tratamento tático de sua inclusão paulatina em diferentes meios e gêneros.

A importância dos traços estilísticos⁸ na produção dos efeitos de uma mensagem (que compreendem seu contraste com o contexto, sua recordação, sua articulação positiva ou negativa com a classificação das mensagens interiorizada pelo receptor, sua transformação em produtos de comunicação individuais e sucesivos) não precisa ser destacada: sua negação só poderia provir de uma concepção puramente consciencialista da produção e circulação das mensagens. Interessará, por outro lado, assinalar seu valor com relação ao modo como uma mensagem exerce seu poder: gerando não meramente uma recepção satisfeita ou um ato mudo (segundo a perspectiva "consumista") mas também a produção de outra mensagem.

substituída atualmente pelas concepções da mensagem como momento de uma cadeia produtiva na qual cada elo pode constituir-se no espaço de uma emissão, de uma recepção ou de uma referenciación.

8. Avançando na definição de "suporte estilístico" iniciada na nota 6, podemos assinalar que ela cobre em sua extensão os fenômenos discursivos que, desde as classificações aristotélicas, permitem diferenciar os verossímeis de diversos gêneros, mas observando distinções neste caso interiores a cada gênero, com configurações de características mais frágeis e menos extensas no tempo, que exigem a utilização de categorias linguísticas e retóricas de outro nível de particularização. Fica naturalmente fora do uso proposto a acepção de "estilo" que se desprende de proposições como "o estilo é o homem", referentes à expressão irredutível de uma singularidade.

A referida perspectiva "não consumista" quanto à recepção e circulação das mensagens sociais deve partir então de alguns pressupostos gerais. Entre eles:

a) Uma mensagem "adquirida" (de qualquer índole ou substância, incluindo-se, enquanto mensagem, a função secundária — simbólica ou poética — dos produtos "de uso") só excepcionalmente é objeto de uma incorporação "muda". A aquisição segue-se, contemporânea ao uso ou anterior a ele, a produção de uma nova mensagem.

b) As mensagens intermediárias (publicidade, propaganda, crítica autorizada) operam antes da incorporação, como "molde" conceitual e estilístico da nova mensagem, ou como lastro a impedir a sua circulação.

c) As protomensagens que se vislumbram por detrás de qualquer "ato mudo" (compra de um bem, conduta eleitoral, utilização de um serviço etc.) influenciado pela comunicação social deveriam ser investigadas numa perspectiva de pesquisa e planificação que reconheça a dinâmica circulatória e produtora, em tempos diferentes, das mensagens sociais.

4. As carências de certos enfoques motivacionais atuais e suas "próteses técnicas"

O tipo de estudo proposto deverá partir da superação da perspectiva motivacional clássica, que tem investigado somente certos correlatos psicológicos do fenômeno, os quais não chegaram a ser definidos além do vislumbre de sua dimensão simbólica que mal pode tocar esse espaço. E deve-se reconhecer como igualmente insuficientes os recursos metodológicos da sociologia da comunicação, habitualmente "operada" com os mesmos pressupostos e as mesmas caixas negras da perspectiva motivacional.

Idealmente, a investigação motivacional permitiria a obtenção de resultados aplicáveis ao campo da produção de mensagens (pertencam elas à área da propaganda, da publicidade comercial, do desenho industrial ou outras) sob a condição de articular esses resultados com saberes externos ao campo psicológico (saber sobre as diferentes qualidades das mensagens e seus canais, saber sociológico etc.). Em realidade, isto ocorre somente algumas

vezes, e mediante um esforço de gênio, na medida em que uma análise prévia das mensagens permita atribuir a estímulos precisos as conclusões habituais sobre as expressões de traços profundos de personalidade suscitadas pelas propostas do psicólogo. São muitos os casos em que também não é possível este aproveitamento indireto; os resultados "motivacionais" obtidos não serão, então, necessariamente inúteis, mas sua exploração deverá circunscrever-se no âmbito das informações marginais, que são o acervo precário e flutuante do verbalizador ou visualizador final (criador ou programador visual).*

5. A hiperconcreção dos "grupos criativos"

O resultado dos grupos criativos — que já de há muito se realizam com técnicas do tipo *brain storming*, "cinética" etc. — é, de fato, notadamente diferente daquele que se obtém com os grupos motivacionais. Este tipo de grupo não produz um saber: centrado em "técnicas de criação", costuma, ao contrário, concluir pela formulação de uma nova *idéia*, situada num campo de "objetos" prefixado, ou ainda na formulação específica de um enunciado, uma variante de planejamento ou uma extensão de uso.

A utilidade desta técnica se situa no campo das possibilidades de ampliação ou enriquecimento de funções previamente conhecidas. Seus produtos são concretos: esta é sua força e sua carência. Pelo tipo de processo utilizado, tais resultados não podem investir isoladamente (nem se propõem a isso) no nível de abstração necessário para se articularem com a instância estratégica (ainda que eventualmente, sim, quanto à tática) da produção de mensagens, sejam desenhos industriais, peças de pro-

9. É difícil refletir sobre as experiências da posteriormente denominada "pesquisa motivacional" a partir dos trabalhos sociológicos e psicológicos clássicos relacionados com a noção de motivação. Na verdade, os presentes comentários não se apoiam naqueles textos teóricos. Tampouco poderiam referir-se a avaliações locais sobre a técnica, devido ao fato de que a escassa produção escrita sobre este particular só subsiste, em certos casos, como instrumento empresarial de trabalho interno. Este caráter quase ágrafa apresentado por uma metodologia psicossociológica possivelmente se deve à posição desvalorizada de certas aplicações das ciências sociais com respeito à prática universitária (sociológica) ou terapêutica (psicológica). Trata-se evidentemente de um desível que não se assenta na hierarquia dos diversos produtos científicos obtidos, mas nas avaliações sociais que recaem tanto sobre certas práticas como sobre o fragmento de personalidade que seus operadores investem: *notus*.

paganda política ou anúncios publicitários. O grupo criativo fornece ilusões "funcionais" e ainda *patterns* operativos, mas não os conceitos necessários para instrumentar uma tarefa de planificação ou avaliação.

A extensão lógica ou a conversão em sistema dos resultados das técnicas criativas dependeriam de uma decisão totalmente heteronômica com relação ao achado do grupo.

6. Resumo provisório. Motivação face à criatividade

Pode-se formular um resumo do acima exposto postulando que, quanto ao espaço da planificação comunicacional, a investigação motivacional oferece resultados exteriores (ainda que ponderáveis) e que os grupos "criativos" (*brain storming*, cinética) oferecem resultados imponderáveis ainda que certamente úteis como possibilidade de mudança, mas não de planificação. Outras técnicas grupais de produção discursiva não serão aqui consideradas, por pertencerem a outras áreas de atuação. É o caso dos grupos operativos, cujo objetivo é dissolver os obstáculos que se opõem à tarefa conjunta; dos laboratórios literários, destinados a ampliar a capacidade de escrever; ou de grupos como os de criação teatral coletiva, orientados, em parte, no sentido de gerar um texto de ruptura com os verossímeis de um género.

7. As contribuições da semiótica

Até agora a teoria semiótica tratou apenas parcialmente desse campo de problemas. Sinteticamente, podemos dizer que ela investigou as operações que recaíram sobre a constituição do feixe de sentidos possíveis produzido pelos diversos discursos sociais, mas que só incipientemente obteve algum avanço, junto com outras disciplinas, quanto às formas de assimilação e circulação desses discursos.¹⁰

10. A descrição, ainda não formulada, desta produção teórica deverá incluir obrigatoriamente a menção aos trabalhos de Kristeva e outros (Kristeva, Júlia, *Semiotiké*, Paris, Seuil, 1974, p. 69s; revista *Poétique*, n. 27, Paris, Seuil, 1976, especialmente o artigo de Laurent Jenny, *La stratégie de la forme*) sobre a produção intertextual e a recuperação das antecipações dos formalistas russos, o conceito de "poder discursivo".

Por "assimilação" e "circulação" dos discursos entende-se o movimento que se materializa na marca que um deixa em outro: único lugar, enfim, em que se pode investigar esse acúmulo de fenômenos que a sociologia definiu em certo momento como "efeitos", ou circunscreveu como "problemas do efeito".

Não se trata de uma substituição de jargões: os "efeitos comunicacionais" pesquisados pela sociologia são condutas complexas, de pertinência temporal e recorte material indefinidos; já as "marcas" que a semiótica propõe como seu objeto, em mais de um de seus rumos atuais, têm, ao contrário, um substrato apreensível e circunscrito e são detectáveis nesse mesmo substrato, sendo elas também operações de discurso, com os mesmos espaços de constituição que aqueles que integram o "discurso estímulo". Esta nova perspectiva não problematizou unicamente os pressupostos de um setor da pesquisa sociológica: abriu também um novo caminho à semiótica propriamente dita."

8. Uma proposta técnica: a produção de "verossímeis de discurso"

Foi precisamente a ativação dos princípios desenvolvidos pela nova perspectiva — articulada com a demonstração das carências de alguns modos de investigação em uso — o que sugeriu o desenvolvimento de uma técnica dirigida a determinar "verossímeis de discurso". Trata-se de pesquisar a produção conceitual e estilística de um determinado setor sócio-cultural em relação a alguma

sivo" elaborado por Foucault (Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*, Petrópolis, Vozes, 1969), as contribuições de Verón para uma semiologia translingüística (Verón, Eliseo. "Para una semiología de las operaciones translingüísticas", in: *Lenguajes*, n. 2, Buenos Aires, 1974, e "Sémiosis de l'idéologie et du pouvoir" in: *Communications*, n. 28, Paris, 1978) e os estudos de Metz sobre a especificidade do cinema e a situação do espectador (Metz, Christian. "Le signifiant imaginaire", in: *Communications*, n. 23, Paris, 1975). Os autores deste trabalho trataram anteriormente de aspectos do tema da circulação discursiva: Traversa, Oscar. *La critique cinématographique: quelques commentaires*, in: *Ca*, n. 7/8, Paris, 1975, e Steimberg, Oscar. *Cuando la historieta es versión de lo literario*, in: *Leyendo historietas*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1977, e "Transposiciones", Atas do IV colóquio argentino-brasileiro de semiótica, Rio de Janeiro (no prelo).

11. Cf. Cohn, Gabriel. "Teoría e ideología en sociología de la comunicación", in: *Lenguajes*, n. 1, Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.
12. Um resumo panorâmico das transformações sofridas pela semiótica, a importância desta com relação à investigação das linguagens de massa e a articulação, neste campo, da semiótica com a psicologia podem ser encontrados em Steimberg, Oscar & Traversa, Oscar. "La incorporación de la semiología a la investigación de los lenguajes masivos", in: *Actualidad Psicológica*, n. 16, Buenos Aires, 1976.

de suas áreas de intercâmbio de mensagens. O lexema "verossímeis" é usado aqui nos seus dois sentidos: as referidas produções de discurso são "verossímeis" porque "se assemelham ao verdadeiro" (re-produção mítica) e porque se ajustam às "teorias dos gêneros" (produção estilística) operadas inconscientemente pelos "usuários" das mensagens que motivam a pesquisa. A reflexão sobre a nova técnica implicou a consideração paralela dos progressos da semiótica, especialmente no campo das relações intertextuais (ver nota 10 e suas remissões bibliográficas) e de seus limites analíticos: a semiótica analisa efeitos discursivos "fixados" nos textos, mas não os fenômenos de sua circulação quando se trata de uma circulação (nova produção) sem registro. Neste último caso, à exigência do registro para a leitura se acrescenta a necessidade de estimular a própria atualização do fenômeno.

Operacionalmente, a nova proposta se concretizou então numa técnica mista de indução e análise de discursos individuais, bem como de produções discursivas de grupo. Componentes latentes são desenvolvidos tal como nos "grupos motivacionais", mas, neste caso, não para desvelar a dinâmica psíquica de adesões ou recusas. Em lugar disso, procura-se determinar *modelos de produção "mítica" e estilística*. Esta determinação é realizada em dois estágios: o primeiro, constituído por uma série de entrevistas individuais extensas, e o segundo, por uma ou mais reuniões de grupo.

À pergunta "por que o grupo?", formulada com relação a esta proposta técnica, pode-se responder que a situação grupal é recomendável à pesquisa dos mencionados "modelos produtivos" porque condiciona os seguintes efeitos:

- a) Desfaz a competição verbal.
- b) Evita a sintonização repetitiva ou a rejeição estática entre entrevistador e entrevistado.
- c) Multiplica as interlocuções, e portanto as variações de estilo e de área linguística.
- d) Suscita diversos "níveis de interlocução" ao estabelecer relações de autoridade diferentes e mutáveis.
- e) Gera, em suma, uma "maquete" de interações linguísticas cotidianas relacionadas com a circulação do discurso "tema".

E à pergunta "por que também entrevistas pré-grupais?", pode-se responder que nelas aparecem as mencionadas categorias míticas relacionadas com a mensagem, serviço ou produto a ser significado, tanto em sua sintaxe lógica como em sua organização classificatória.

Tanto na fixação de pautas para a série de entrevistas prévias, como na elaboração de objetivos produtivos para o grupo, trabalhar-se-á, obviamente, com marcos referenciais teóricos e metodológicos compreendidos numa teoria da produção e circulação discursiva. Como foi dito, as referências da nota 10 mostram uma direção possível, dentro de uma produção semiótica contemporânea que encadeia a reflexão sobre fenômenos intertextuais com indagações sobre a especificidade de linguagens e matérias significantes. Numa perspectiva não inteiramente confluyente com essa direção, apresentam especial interesse e fecundidade certas pesquisas contemporâneas no campo da estilística literária.¹³

9. Desenvolvimento da análise

Na primeira etapa (entrevistas), o interesse — de acordo com o exposto — não está centrado em aspectos estilísticos, mas no modo de implantação e de organização das estruturas míticas. Portanto, é possível colocar entre parênteses os níveis léxico e sintático, tal como faz a antropologia estrutural na análise de

13. Cf. Riffaterre, Michel. *Essays de estilística estrutural*. Nos trabalhos incluídos na tradução castelhana (Barcelona, Setx Berral, 1976) abordam-se temas e formulam-se proposições relacionadas com problemas que poderíamos considerar como de "circulação estilística". Riffaterre denomina "arquileitor" ao conjunto de leituras, escritas ou orais, preexistentes ou motivadas durante a investigação, suscitadas por um determinado texto. O "arquileitor" não contribui com idéias sobre a obra, mas com a indicação involuntária de seus pontos retoricamente "poderosos" (que parecem sê-lo mesmo para leituras ideologicamente opostas). O autor postula, a partir do registro dessas indicações, a determinação das oposições internas que permitem diferenciar "contexto" de "procedimento estilístico". A proposta de Riffaterre, ainda que fundamentada teoricamente em proposições talvez contraditórias ou não suficientemente aclaradas, constrói uma perspectiva analítica que integra, num projeto de descrição estrutural, o desenvolvimento de uma fenomenologia da circulação literária e o questionamento dos recursos poéticos que a condicionam. Algumas das idéias do presente trabalho não teriam surgido sem a leitura de sua obra, nem a confusão liminar de alguns conceitos relacionados com um discurso (o dos meios de comunicação) menos sistematizado ainda que o da análise literária. Entendemos que a perspectiva de Riffaterre se mantém, apesar de seu apelo a questionamentos "sobre o público", dentro do campo de uma teoria semiótica da literatura. Em uma pesquisa próxima, embora diferenciada, um setor da estilística alemã (v. artigos de Dispositivo, n. 7-8, Michigan, 1978) se orienta na verdade para métodos de determinação da intelecção e apropriação de sentidos por parte do receptor do texto.

um mito: dando mais atenção ao modelo narrativo, à estrutura dos personagens ou ao modo de classificação dos espaços de troca social que à maneira como se apresentam numa produção discursiva circunstanciada.

Na segunda etapa, ao contrário (grupo produtivo), utiliza-se os resultados conceituais da primeira etapa como estímulo, induzindo os participantes a produzirem enunciados sintéticos, nomes, esquemas, que dêem conta das formas verossímeis de comunicação — ou melhor, “escritura” — dessas organizações conceituais ou classificatórias.¹⁴ É um processo de metaforização social, de estrutura sempre parcialmente isomórfica, e potencialmente confluyente, que constitui o processo produtivo dos discursos de massa referentes à mesma área de significação, de alguma maneira será abstraído do resultado. A passagem da instância “entrevistas” à instância “grupo” não desemboca na conversão dos primeiros resultados (descrição mítica) em uma locução completa (mensagem verbal, desenho industrial, nome etc.) mas na enumeração do conjunto de regras que organizam, precisamente, a passagem dessa organização conceitual para uma série de discursos verossímeis, suscetíveis de serem produzidos por essas regras. Trata-se de obter uma espécie de equação, que permitirá a produção de um leque de discursos com traços estruturais análogos e com um campo de variação cujos alcances e pertinências só se poderão concretizar em termos de táticas conjunturais que extrapolem os limites desta técnica. Da competência dessa instância tática posterior aos resultados da investigação proposta serão a fixação de variantes lexicais nos termos dos setores sociais a serem privilegiados na recepção, a diferenciação das mensagens competitivas do momento etc.

As características de conceituação e de estilo circunscritos por meio da técnica proposta não evitam nem suprimem, portanto, a “instância criativa” nem a planificação estratégica e tática; mas assinalam o nível de variabilidade da pesquisa na produção final da mensagem.

Ora, o resultado final (grupal) pode consistir na indicação de um campo estilístico já conhecido, na elucidação de uma construção mítica que preencha um “vazio lógico” ou, mais prova-

14. Entendemos por “formas verossímeis de escritura” aquelas que têm origem no uso atual e possível de uma “gramática social”.

velmente, num produto complexo que inclua os dois tipos de resultado. No segundo caso, a diferença entre o resultado das entrevistas prévias e do trabalho grupal é a que separa a descoberta da estrutura ("formal") de um novo mito da determinação de seus modos possíveis de organização. No primeiro, ao contrário, as entrevistas levam à determinação do grau de vigência atual de um mito já existente, e o trabalho do grupo à elucidação das propriedades estilísticas, léxicas, sintáticas, intertextuais, de uma versão atual. No terceiro caso, combinam-se os traços dos dois primeiros tipos de articulação.

10. Algumas características operativas da técnica proposta

a) *Sobre os critérios de seleção dos entrevistados* — A técnica descrita não pretende ter validade estatística. Ainda que tivesse, o que ela confere é um resultado, suscetível de possibilitar a elaboração de um estímulo que poderá, eventualmente, ter validade estatística. Em consequência, os *critérios de seleção* dos participantes, tanto para as entrevistas como para o grupo, não estarão, em absoluto, relacionados a razões de ordem quantitativa. Contudo, os participantes deverão ser escolhidos segundo um critério de posse de propriedades relevantes para a produção lingüística e conceitual no campo sócio-cultural onde circularão as mensagens finais. Não possuirão características estatisticamente representativas em relação ao seu setor, mas sim originadas nele. Para a seleção não se postula a realização, na etapa prévia, de testes individuais de competência, mas a determinação do lugar social (levando-se em conta diferenças de "competência") que os possíveis participantes ocupam na circulação discursiva de seu setor. Para a seleção dos participantes do grupo, convém atentar mais para essa competência lingüística: embora se trate de um traço que definirá tanto os entrevistados previamente quanto os integrantes do grupo, ele pode indicar uma diferença de grau. Por exemplo: em se tratando de um setor social composto, parcialmente, de trabalhadores sindicalizados, pode-se eleger indistintamente qualquer membro de seus quadros diretivos para as entrevistas prévias, mas será preferível a presença no grupo de um membro vinculado à atividade de imprensa ou "relações públicas".

b) *Sobre a realização das entrevistas* — O *modus operandi* das entrevistas segue em termos gerais o modelo da entrevista aberta, mas segundo uma série de pautas previamente elaboradas com o propósito único de orientar tematicamente o entrevistado. O entrevistador atuará propondo, quando for necessário, uma fragmentação do tema, para ajudar a cobrir o campo referencial a ser investigado. A análise do material obtido oferecerá um panorama da organização lógica, conceitual e classificatória do problema em questão. Certamente, este panorama pode apresentar traços contraditórios ou diferenças de grau, a partir das quais o analista deverá produzir um modelo de estrutura, que, em sua formulação mais abstrata, constituirá o estímulo do trabalho grupal.

c) *Sobre a realização do grupo* — O *modus operandi* do grupo difere substancialmente daquele utilizado para os grupos de investigação comuns. A coordenação não é unipessoal mas bipessoal. Ao trabalho do psicólogo (eliminação das tensões, estímulo da participação, determinação da liderança etc.) soma-se a participação de um semiólogo.¹⁵ O papel deste consiste na organização progressiva das intervenções que dão conta, de uma maneira sucinta, do estímulo conceitual prévio. Ele tentará determinar as propriedades que governam as diversas intervenções regidas por matrizes comuns, transformando-as em sobreestímulo para a geração de novos produtos discursivos (frases, figuras, esquemas), aceitos como verossímeis pelo conjunto do grupo. A participação do semiólogo poderá ser ativa no que toque à estimulação parcial do discurso do grupo. Deve-se entender que neste caso a finalidade não é a determinação de uma “verdade de estrutura” (como nas entrevistas prévias), mas o desdobramento de uma produção verbal e, eventualmente, até gráfica ou icônica.

O psicólogo, por sua vez, deverá considerar o semiólogo como um membro a mais, de modo a facilitar o papel estimulador deste, mas evitando sua conversão em líder absoluto e repressor verbal.

O fim da tarefa grupal, que é de extensão variável, está assinalado pela produção de um ou vários enunciados, verbais ou

15. A qualificação de ambos os papéis não implica aqui a definição de campos acadêmicos separados, mas a diferenciação de duas atividades que deverão se separar operativamente.

gráficos, aceitos pelo grupo como verossímeis, e reconhecidos pelo semiólogo como originados na matriz surgida com as entrevistas.

A *análise do material* terá como resultado um conjunto de propriedades (figurais, léxicas, argumentativas, de enunciação, de espaços semânticos) que o discurso-problema deverá cumprir.

11. O contexto da pesquisa

Como foi demonstrado, os pressupostos que operam como base da nova perspectiva se referem às propriedades da articulação entre a produção e a circulação dos discursos. As notas incluídas em vários parágrafos remetem às linhas vigentes de investigação dessa instância da produção social de sentido.

A “proposta técnica” aponta para a definição das possibilidades de pesquisa nessa área geral, a partir de uma articulação entre o instrumental semiótico de análise do discurso e os métodos de grupo próprios da investigação psicossocial.

O espaço de pertinência da proposta abarca, também, uma dimensão classicamente reservada à sociologia, na medida que procura dar conta do modo como um setor sócio-lingüístico processa, dentro de sua contemporaneidade semiótica (tanto “lógica” como “estilística”) os conflitos suscitados por qualquer espaço ou nível da vida social.

Este espaço pode estar coberto ou não, no momento da análise, por mensagens definidas pelas classificações sociais vigentes. A metodologia aqui proposta corresponde ao segundo caso: investigação do modo como um “âmbito social” processa, no plano da expressão, problemas de conceitualização, de verbalização e de representação ainda não resolvidos por nenhuma mensagem social concreta. Em etapas posteriores, essas pesquisas, orientadas para a geração de um modelo de “produção semiótica” particular e circunstanciado, deverão ser diferenciadas, em suas características específicas, daquelas em que se busque o “desempenho” de mensagens já formadas. Isso, mesmo que ambos os casos se investigue não um simples nível de recepção ou intelecção, mas o mecanismo de produção retórica induzido pelo estímulo (um problema de representação, no segundo caso; de conceitualização, verbalização e representação, no primeiro).

RELAÇÕES PÚBLICAS: EVOLUÇÃO, EXIGÊNCIAS E PERSPECTIVAS

José Henrique de Carvalho

Palestra proferida para professores e alunos do Curso de Comunicação Social do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal de Santa Maria, em 12 de novembro de 1979.

Pareceu-me que, para desenvolver o tema que me foi sugerido, seria interessante, senão útil, fazer observações de três ordens: a primeira, sobre algumas situações que influenciaram o pensamento e as atividades de Relações Públicas; a segunda, o que se passou a exigir de Relações Públicas como profissão moderna; e a terceira, certas considerações que têm a ver para onde podemos estar realmente nos dirigindo, nesse terreno.

Anos atrás, a revista norte-americana *Advertising Age*, especializada em Propaganda, publicou um artigo sob o título: "Já é hora de os relações-públicas pararem de se definir".

A verdade é que, por muito tempo, essa atividade de Comunicação Social Aplicada ou Programada — expressões em uso pelos autores mais modernos — andou de congresso em congresso, de simpósio em simpósio, de encontro em encontro, em busca de sua verdadeira identidade profissional. Em boa parte tal se deve ao fato de que, no início, os publicitários não queriam lhe reconhecer um lugar próprio no chamado "Communication Business". Mesmo os livros e manuais de Propaganda e Comunicação não a consideravam profissão que exigisse qualificações específicas por parte de seus praticantes. (Registre-se, desde logo, que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer legalmente a nova profissão). E aqueles, por sinal, eram até tratados com desdém, considerados do segundo time. Ninguém tinha sequer necessidade de "passar no exame da experiência" para exercer a atividade ou intitular-se especialista em Relações Públicas. Qualquer jornalista que já não tivesse mais vez na Redação de um jornal ou revista, qualquer publicitário de Departamento de Propaganda ou de Agência que, visto como ultrapassado, era "encostado" no setor de Relações Públicas, passava a ter no exercício dessa atividade sua derradeira chance. Depois de ter sido até relações públicas, a única coisa que lhe restava então era "pendurar as chuteiras"; no caso, a máquina de escrever, as tabelas de preços, a pasta de relatórios do cliente...

A partir daí, é possível identificar, historicamente, três tempos ou momentos da trajetória profissional de Relações Públicas. No princípio, não passou de mera atividade secundária, subalterna, subsidiária da Propaganda propriamente dita. Confundia-se com o que os norte-americanos convencionaram chamar de "non-product advertising". Vale dizer: propaganda não diretamente comer-

cial. Sua característica específica não era a venda de bens de consumo, serviços ou idéias, mas sim a criação e manutenção de uma certa boa vontade ("good will") que, porém, deveria se refletir indiretamente no resultado das vendas. Era, por conseguinte, uma atividade paralela e suplementar que ajudava o setor de vendas. Na prática, esse auxílio era identificado pela elaboração e divulgação da imagem favorável da empresa ou marca, quer entre o público em geral, quer entre públicos especiais, como funcionários, acionistas, fornecedores, distribuidores, autoridades governamentais, políticos, meios de comunicação, a comunidade particular onde a fábrica ou empresa estava localizada.

Cumpra observar que a moderna conceituação de Relações Públicas ainda conserva muitos traços desse seu antigo perfil, mas o que é necessário sublinhar nessa primeira fase é o seu caráter nitidamente subsidiário no que respeita à Propaganda, figurando como mais um serviço desta ao esforço de vendas da empresa. Tanto isso era verdade que quando surgiram as primeiras idéias de tornar Relações Públicas uma atividade com personalidade própria, de atuação específica, diferenciada portanto das vendas, a reação não foi nada favorável. Em 1953, *Advertising Age* fez uma pesquisa sobre grandes nomes da Propaganda norte-americana acerca de "Quais os requisitos para um bom Departamento de RP" e a resposta unânime foi: "Se ele não prestar auxílio palpável às vendas do cliente, não tem nenhum sentido dentro dos quadros de uma agência".

Notem-se aqui, então, dois fatos: o primeiro, a clara subordinação das Relações Públicas ao trabalho de vendas, como foi dito; o segundo, a constatação de terem as Relações Públicas aparecido dentro das Agências de Propaganda, como mais uma prestação de serviço aos clientes. Era inclusive costume o Chefe do Setor de Relações Públicas ser um dos donos ou diretores da Agência.

Com a eficiência cada vez maior da Propaganda, que se sofisticava graças aos seus métodos e instrumentos de trabalho cada dia mais aperfeiçoados, a atividade dos Departamentos de RP foi perdendo sua pequena importância, mesmo como auxiliar que era na tarefa de vendas. A propaganda, como tal, já se bastava a si mesma.

Vale salientar, no entanto, que o que realmente caracteriza o segundo momento na vida das Relações Públicas não é tanto o seu declínio de importância e sim a sua saída do território das Agências de Propaganda, onde surgira para integrar os quadros funcionais dos clientes. Como que intuindo a importância fundamental que teriam no futuro, as empresas, elas mesmas, já mantinham seus próprios Departamentos de RP. Mas aí aconteceu aquilo que se poderia chamar verdadeiramente de *marginalização da profissão*.

Os Departamentos que então se iniciavam nas empresas, não sabendo ainda exatamente onde passava a linha divisória que separa o terreno da Propaganda do campo de atuação específica das Relações Públicas, começaram a meter os pés pelas mãos, não apresentando um trabalho autônomo que se impunha por sua profissionalização e repercussão em termos de resultados objetivos. Por outro lado, nas escaramuças frequentes oriundas dos mal-entendidos entre a Propaganda e as Relações Públicas, estas levavam sempre a pior. A consequência final dessa situação foi a redução de sua importância no mercado de trabalho. Relações Públicas passaram a ser, na prática, uma espécie de balcão assistencial, com a finalidade quase filantrópica de executar e controlar doações "caritativas" ao pessoal de fora e simultaneamente promover diversões e programas de saúde e bem-estar social para os funcionários da empresa. Departamento de Relações Públicas era meio sinônimo de Departamento de Assistência Social...

Atualmente, um bom número de homens de negócio reconhece a necessidade de um eficiente sistema de *feedback* que afira o êxito da empresa na avaliação e atendimento das necessidades e desejos do mercado-livre visado. Infelizmente, a maior parte dos sistemas de informações dos empresários da área de *marketing* de modo geral possui âmbito restrito e só focaliza assuntos a curto prazo ou apenas a camada da sociedade que eles consideram o seu mercado-alvo.

Como frequentes vezes não se preocupam em investigar as reações da sociedade aos vários aspectos implícitos em suas práticas de *marketing*, tem cabido àquela a iniciativa de transmitir ao empresário seu desprazer ou sua insatisfação, mediante várias formas de pressão contra os agressores. Talvez a forma mais

branda de pressão social seja a de determinada corrente de opinião pública manifestar seu desejo de que o agressor à sua tranqüilidade mude os seus métodos de trabalho. (Vale, como ilustração, a novela *Sinal de Alerta*, de Dias Gomes, transmitida pela TV Globo do Rio de Janeiro, em 1978; ou ainda, o recente episódio envolvendo a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural — Agapan —, a Associação Democrática Feminina Gaúcha e a empresa Agro-Industrial Barra do Ouro Ltda., tendo a última intimado as duas primeiras, por edital, a pararem com os protestos ecológicos e passeatas contra loteamento no interior gaúcho, considerado reserva natural). Quando a opinião pública não consegue atingir um resultado satisfatório, atitudes mais radicais podem assumir a forma de pressão política, com a ameaça de medidas legais e definitivas que forcem o agressor a conviver com os desejos da comunidade. E a mais violenta forma de pressão social é a legislação restritiva que chegue a proibir a continuação de um produto antipopular — o que não é incomum nos Estados Unidos da América — ou de atividade de *marketing* intoleráveis à sociedade.

A insatisfação dos consumidores e do grande público com o *marketing* (e o sistema empresarial em geral) encontra expressão através do movimento de *consumerismo*. Um autor norte-americano (W. J. Stanton) já o definiu como “o conjunto de atitudes de indivíduos e organizações (consumidor propriamente dito, governo e empresariado) em reação às insatisfações resultantes de seu permanente relacionamento”. Em outras palavras, o *consumerismo* pode ser encarado como um protesto contra as injustiças empresariais e um esforço coletivo no sentido de corrigir essas injustiças. Aliás, o movimento não é novo. O livro *A Selva*, de Upton Sinclair, que falava no empacotamento de carne, tornou o público ciente da necessidade de proteção ao consumidor e muito contribuiu para a aprovação do *Meat Inspection Act* (1906), do *Pure Food and Drug Act* (1906) e do *Federal Trade Commission Act* (1914).

Mais recentemente — os últimos anos da década de 60 e os primeiros anos 70 —, por exemplo, Ralph Nader, destacado cruzado na luta pela proteção ao consumidor, conseguiu enorme cobertura noticiosa ao tornar públicas suas denúncias acerca de abusos empresariais e heterogeneidade na qualidade de certos

produtos. Grupos de ambientalistas e ecologistas também vêm alcançando cada vez mais êxito na cobertura noticiosa para seus esforços no sentido de denunciar "as empresas responsáveis pela poluição e destruição do ambiente".

As mudanças da sociedade contemporânea, que se torna mais e mais complexa, exigindo inclusive constantemente maior apuro no relacionamento empresa-público, ocasionou mudanças radicais no ser e no agir das Relações Públicas. Elas chegavam assim ao seu terceiro tempo, que é o momento atual. Se hoje, como se sabe, o objetivo primordial das Relações Públicas não é outro senão o de estabelecer um clima psicológico de compreensão e confiança entre uma organização e a comunidade em que está inserida, não há dúvida de que se trata de uma profissão de evidente importância na atualidade.

Modernamente, a *International Public Relations Association*, de Genebra, define Relações Públicas como sendo "uma atividade de Direção, de caráter permanente e organizado, mediante a qual uma empresa ou entidade privada ou pública procura obter e manter a compreensão, a simpatia e o apoio daqueles com os quais ela se relaciona ou pode vir a relacionar-se" (Cf. *Dicionário Brasileiro de Comunicação*, vol. I, *Mídia*, Edição Mercado Global, 1977).

Para cumprir essa sua tarefa, o profissional de Relações Públicas deve, em primeiro lugar, analisar em profundidade a opinião dos diversos públicos com relação à empresa ou entidade a que está servindo; adaptar, na medida do possível, o comportamento das mesmas a essa opinião e, através de um amplo esquema bem planejado de informação, procurar obter uma cooperação mais eficaz de ambas as partes, *cooperação essa que leve efetivamente em conta os interesses comuns*.

Assim, colocam-se aqui, de cheio, as exigências maiores dessa profissão moderna que poderia ser ainda descrita sinteticamente como um esforço planejado para influenciar a opinião pública, através do emprego adequado da comunicação social.

O ajustamento harmonioso da Organização ou Instituição no contexto social, ou seja, na comunidade em que está inserida, em última instância é a meta principal das Relações Públicas. Elas constituem hoje, realmente, uma atividade de Direção da Empresa, e não uma atividade opcional; devem ter caráter perma-

nente e não apenas de emergência perante situações difíceis, e sua atuação terá que ser cada vez mais, daqui para frente, planejada e organizada. Tudo isto porque nos dias de hoje, dada a repercussão que pode ter uma boa ou má comunicação entre o público ao qual serve a empresa ou entidade, de um simples Departamento de Relações Públicas, pode até depender a sobrevivência dessa empresa ou entidade, seja ela pública ou privada.

Assim, aguçar a percepção empresarial ou governamental para as novas tendências psicossociais da época ou momento histórico, ajustar o próprio desempenho para que o público tenha sempre melhor receptividade à empresa ou entidade — eis aí, em termos de atuação prática, a dupla tarefa simultânea das Relações Públicas atualmente.

Dessas suas exigências objetivas decorrem espontaneamente as exigências subjetivas, isto é, os requisitos básicos que, em nossos dias, se impõem aos profissionais de RP. Na impossibilidade de detalhar aqui toda a gama de predicados que devem ter, faço um elenco apenas daqueles que podem ser considerados os indispensáveis:

Descortino, lucidez, sensibilidade, senso prático, noção global da conjuntura e aperfeiçoamento profissional incessante, através de reciclagens que devem ser um imperativo no momento atual, tendo em vista as sempre novas e emergentes realidades culturais e psicossociais, numa sociedade em permanente e rápida mudança.

A lista de requisitos não poderia ser fechada sem menção à ética profissional, para mim atributo que cumpre ter sempre em mente o profissional de Relações Públicas consciente do seu papel no âmbito social e da importância de sua profissão na sociedade contemporânea.

Está claro que tudo isto requer um certo tipo de homem, um novo modelo de pessoa que cada dia mais parece escassear. Esse novo modelo de profissional não é outro senão aquele tipo de humanista que já não vemos com frequência nos gabinetes refrigerados, mas que sabemos que existe: humanista do social, da convivência fraterna, da integração entre os homens.

DEFESA DA PALAVRA

LITERATURA E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

Eduardo Galeano

Tradução de
Vera Marisa Kassow

1. A gente escreve a partir de uma necessidade de comunicação e de comunhão com os demais, para denunciar o que dói e compartilhar o que dá alegria. A gente escreve contra a própria solidão dos outros. A gente supõe que a literatura transmite conhecimento e atua sobre a linguagem e a conduta de quem a recebe; que ajuda a nos conhecermos para nos salvarmos juntos. Mas “os demais” e os “outros” são termos demasiado vagos; e em tempos de crise, tempos de definição, a ambigüidade pode se parecer demasiado com a mentira. A gente escreve, de fato, para a pessoa com cuja sorte ou má sorte nós nos sentimos identificados, os mal-alimentados, os mal-dormidos, os rebeldes e os humilhados desta terra, e a maioria deles não sabe ler. Entre a minoria que sabe quantos dispõem de dinheiro para comprar livros? Resolve-se esta contradição proclamando que uma pessoa escreve para essa cômoda abstração chamada “massa”?

2. Não nascemos na lua, não habitamos o sétimo céu. Temos a sorte e a desgraça de pertencer a uma região atormentada do mundo, América Latina, e de viver um tempo histórico que golpeia duro. As contradições da sociedade de classes são, aqui, mais ferozes que nos países ricos. A miséria maciça é o preço que os países pobres pagam para que os 6% da população mundial possam consumir impunemente a metade da riqueza que o mundo inteiro gera. É muito maior a distância, o abismo que na América Latina se abre entre o bem-estar de poucos e a desgraça de muitos; e são mais selvagens os métodos necessários para salvaguardar essa distância.

O desenvolvimento de uma indústria restritiva e dependente, que aterrissou sobre velhas estruturas agrárias e mineiras sem alterar suas deformações essenciais, aguçou as contradições sociais em lugar de aliviá-las. A habilidade dos políticos tradicionais, peritos nas artes da sedução e do logro, resulta hoje insuficiente, antiquada, inútil; o jogo populista que permitia outorgar para manipular já não é possível, ou revela-se perigosa arma de dois gumes. As classes e os países dominantes recorrem à maquinaria repressiva. De que outra maneira poderia sobreviver sem mudanças um sistema social cada vez mais parecido com um campo de concentração? Como manter a pista sem cerca de arame farpado, contra a crescente legião dos malditos? Na medida em que o sistema se sente ameaçado pelo desenvolvimento sem tréguas

do desemprego, da pobreza e das tensões sociais e políticas derivadas, diminui o espaço disponível para a simulação e os bons modos: nos subúrbios do mundo o sistema revela seu verdadeiro rosto.

Por que não reconhecer um certo mérito de sinceridade nas ditaduras que oprimem, hoje em dia, a maioria de nossos países? A liberdade dos negócios implica, em tempo de crise, na prisão das pessoas.

Os cientistas latino-americanos emigram, os laboratórios e as universidades não têm recursos, o *know how* industrial é sempre estrangeiro e se paga caríssimo, mas por que não reconhecer um certo mérito de criatividade no desenvolvimento de uma tecnologia do terror? A América Latina está fazendo inspiradas contribuições quanto ao desenvolvimento de métodos de tortura, técnicas de assassinato de pessoas e idéias, cultivo do silêncio, multiplicação da impotência e disseminação do medo.

Quem quer trabalhar por uma literatura que ajude a revelar a voz dos que não têm voz, como podemos atuar sobre esta realidade? Podemos fazer-nos ouvir em meio a uma cultura surda e muda? As nossas são repúblicas do silêncio. A pequena liberdade do escritor não é às vezes a prova do seu fracasso? Até onde e até quem podemos chegar?

Bela tarefa a de anunciar o mundo dos justos e dos livres; digna função a de negar o sistema da fome e das jaulas visíveis ou invisíveis. Mas a quantos metros estamos da fronteira? Até onde outorgam permissão os donos do poder?

3. Muito se discutiu em torno das formas diretas de censura sob os diversos regimes sociais e políticos, que no mundo são ou foram a proibição de livros e jornais incômodos ou perigosos e o desterro, ou cárcere de alguns escritores e jornalistas.

Mas a censura indireta atua de maneira mais sutil. Por ser menos aparente não é menos real. Pouco se fala dela. No entanto na América Latina é a que mais profundamente define o caráter opressor e marginalizante do sistema que a maioria de nossos países padece. Em que consiste esta censura que nunca ousa dizer seu nome? Consiste em que o barco não navega porque não há água no mar: se apenas 5% da população latino-americana pode comprar refrigeradores, que percentual pode comprar

livros? E que percentual pode lê-los, sentir sua necessidade, receber sua influência?

Os escritores latino-americanos assalariados de uma indústria da cultura que serve ao consumo de uma elite ilustrada provêm de uma minoria e escrevem para ela. Esta é a situação objetiva dos escritores cuja obra confirma a desigualdade social e a ideologia dominante. E é também a situação objetiva dos que como nós pretendem romper com elas. Estamos bloqueados, em alto grau, pelas regras do jogo da realidade em que atuamos.

A ordem social vigente perverte ou aniquila a capacidade criadora da imensa maioria dos homens e reduz a possibilidade da criação — antiga resposta à dor humana e à certeza da morte — ao exercício profissional de um punhado de especialistas. Quantos somos na América Latina “esses especialistas”? Para quem escrevemos, a quem chegamos? Qual é o nosso público real?

Desconfiemos dos aplausos. Às vezes nos felicitam os que nos consideram inócuos.

4. A gente escreve para despistar a morte e estrangular os fantasmas que por dentro nos acoçam; mas o que a gente escreve pode ser historicamente útil somente quando de alguma maneira coincide com a necessidade coletiva de conquista da identidade. Ao dizer: “Assim sou” o escritor quer se oferecer e ajudar a muitos a tomarem consciência do que são. Como meio de revelação da identidade coletiva, a arte deveria ser considerada um artigo de primeira necessidade e não um luxo. Mas na América Latina o acesso aos produtos de arte e cultura está vedado à imensa maioria.

Para os povos cuja identidade foi rompida pelas sucessivas culturas de conquista, e cuja exploração desapiedada serve ao funcionamento da maquinaria do capitalismo mundial, o sistema gera “uma cultura de massas”. Cultura PARA massas, deveria se dizer, definição mais adequada desta arte degradada de circulação maciça que manipula as consciências, oculta a realidade e aplasta a imaginação criadora. Não lhe serve, por certo, a revelação da identidade, senão como um meio de apagá-la ou deformá-la, para impor modos de vida e pautas de consumo que se difundem maciçamente através dos meios de comunicação. Chama-se “cultura nacional” à cultura da classe dominante, que vive uma vida importada e se limita a copiar, toscamente e com mau

gosto, a chamada "cultura universal", ou o que por ela entende quem a confunde com a cultura dos países dominantes. Em nosso tempo, era dos mercados múltiplos e das corporações multinacionais, se internacionalizou a economia e também a cultura, a "cultura de massas", graças ao desenvolvimento acelerado e à difusão maciça dos meios. Os centros de poder nos exportam máquinas e patentes e também ideologia. Se na América Latina está reservado a poucos o gozo dos bens terrenos, é preciso que a maioria se resigne a consumir fantasias. Vendem-se ilusões de riqueza aos pobres e de liberdade aos oprimidos, sonhos de triunfo para os vencidos e de poder para os fracos. Não faz falta saber ler para consumir as apelações simbólicas que a televisão, o rádio e o cinema difundem para justificar a organização desigual do mundo.

Para perpetuar o estado de coisas vigente nestas terras onde a cada minuto morre uma criança de doença ou de fome, é preciso que nos vejamos com os olhos de quem nos oprime. Domesticam-se as pessoas para que aceitem "esta" ordem como a ordem "natural" e portanto eterna; e identifica-se o sistema com a pátria, de modo que o inimigo do regime resulta ser um traidor ou um agente estrangeiro. Santifica-se a lei da selva, que é a lei do sistema, para que os povos derrotados aceitem sua sorte como um destino; falsificando o passado se escamoteiam as verdadeiras causas do fracasso histórico da América Latina, cuja pobreza alimentou sempre a riqueza alheia: no cinema ou na televisão ganha o melhor, e o melhor é o mais forte. O deboche, o exibicionismo e a falta de escrúpulos não produzem asco, mas admiração; tudo pode ser comprado, vendido, alugado, consumido, mesmo a alma. Atribui-se a um cigarro, a um automóvel, a uma garrafa de whisky ou a um relógio, propriedades mágicas: outorgam personalidade, fazem triunfar na vida, dão felicidade ou êxito. A proliferação de heróis e modelos estrangeiros, corresponde o fetichismo das marcas e das modas dos países ricos. As fotonovelas e os teleteatros transcorrem em um limbo de vulgaridade, à margem dos problemas sociais e políticos reais de cada país; e as séries importadas vendem democracia ocidental e cristã junto com violência e suco de tomate.

5. Nestas terras de jovens, jovens que se multiplicam sem cessar e que não encontram emprego, o tic-tac da bomba-relógio

obriga aos que mandam a dormir com um só olho. Os múltiplos métodos de alienação cultural, máquinas de dopar e de castrar, ganham uma importância cada vez maior. As fórmulas de esterilização das consciências se ensaiam com mais êxito que os planos de controle da natalidade.

A melhor maneira de colonizar uma consciência consiste em suprimi-la. Neste sentido também opera, deliberadamente ou não, a importação de uma falsa contracultura que encontra eco crescente nas novas gerações de alguns países latino-americanos. Os países que não abrem aos jovens opções de participação política — pela petrificação de suas estruturas ou por seus asfixiantes mecanismos de repressão — oferecem os terrenos mais férteis para a proliferação de uma suposta "cultura de protesto", vinda de fora, subproduto da sociedade do ócio e do desperdício, que se projeta em todas as classes sociais a partir do anticonvencionalismo postiço das classes parasitárias.

Os hábitos e símbolos da revolta juvenil dos anos sessenta nos Estados Unidos e Europa, nascidos de uma reação contra a uniformidade de consumo, são agora objeto de produção em série. A roupa com desenhos psicodélicos vende-se ao brado de "Liberta-te"; a música, os posters, os penteados e os vestidos que reproduzem os modelos estéticos da alucinação pelas drogas, são despejados em escala industrial sobre o terceiro mundo. Junto com os símbolos, coloridos e simpáticos, se oferecem passagens ao limbo para os jovens que querem fugir do inferno. Convidam-se as novas gerações a abandonar a história, que dói, para viajar ao Nirvana. Ao incorporar-se a esta "cultura da droga", certos setores juvenis latino-americanos realizam a ilusão de reproduzir o modo de vida de seus equivalentes metropolitanos.

Originada no inconformismo de grupos marginais da sociedade industrial alienada, esta falsa contracultura nada tem que ver com nossas necessidades reais de identidade e destino: proporciona aventuras para paráliticos; gera resignação, egoísmo, incomunicabilidade; deixa intacta a realidade mas muda a sua imagem; promete amor sem dor e paz sem guerra. Além do mais, ao converter as sensações em artigos de consumo, encaixa-se perfeitamente com a "ideologia de supermercado" que os meios de comunicação de massa difundem. Se o fetichismo dos carros e das

geladeiras não é suficiente para apagar a angústia e acalmar a ansiedade, é possível comprar paz, intensidade e alegria no supermercado clandestino.

6. Despertar consciência, revelar a realidade: Pode a literatura reivindicar melhor função nestes tempos e nesta nossa terra? A cultura do sistema, cultura dos sucedâneos da vida, mascara a realidade e anestesia a consciência. Mas que pode um escritor, por mais que se esforce, contra a engrenagem ideológica da mentira e do conformismo?

Se a sociedade tende a se organizar de tal modo que ninguém se encontra com ninguém, e a reduzir as relações humanas ao jogo sinistro da competição e do consumo — homens solitários usando-se entre si e destruindo-se uns aos outros — que papel pode cumprir uma literatura de vínculo fraternal e a participação solidária?

Chegamos a um ponto em que falar nas coisas implica denunciá-las: ante quem, para quem?

7. Nosso próprio destino de escritores latino-americanos está ligado à necessidade de transformações sociais profundas. Narrar é dar-se: parece óbvio que a literatura como tentativa de comunicação plena continuará bloqueada previamente enquanto existam a miséria e o analfabetismo e os donos do poder continuem realizando impunemente seu projeto de imbecilização coletiva através dos meios de comunicação de massa.

Não aceito a atitude de quem reivindica para os escritores um privilégio de liberdade à margem da liberdade dos demais trabalhadores. Grandes mudanças, profundas alterações de estrutura serão necessárias em nossos países para que nós os escritores possamos chegar além das cidadelas fechadas das elites e para que possamos nos expressar sem mordanças visíveis ou invisíveis. Dentro de uma sociedade presa a literatura livre só pode existir como denúncia e esperança.

No mesmo sentido, creio que seria um sonho de uma noite de verão supor que por vias exclusivamente culturais poderia chegar a liberar-se a potência criadora do povo há muito adormecida pelas duras condições materiais e as exigências da vida. Quantos talentos na América Latina se extinguem antes que possam chegar a se manifestar? Quantos escritores e artistas não chegam sequer a se inteirar do que são?

8. Por outra parte, pode realizar-se cabalmente uma cultura nacional em países onde as bases materiais do poder não são nacionais, ou dependem de centros no exterior?

Se isso não é possível que sentido tem escrever?

Não há um *grau zero* da cultura, assim como não existe um *grau zero* da história. Se reconhecemos uma inevitável continuidade entre a etapa do domínio e a etapa da liberação em qualquer processo de desenvolvimento social, por que negar a importância da literatura e sua possível função revolucionária na exploração, revelação e difusão de nossa verdadeira identidade ou de seu projeto? O opressor quer que o espelho não devolva ao oprimido mais que um borrão. Que processo de mudança pode impulsionar um povo que não sabe quem é, nem de onde vem? Se não sabe quem é, como pode saber o que merece ser? Não pode a literatura ajudar, direta ou indiretamente, a essa revelação?

Em grande medida, penso, a possibilidade da contribuição depende do grau da intensidade da comunhão do escritor com as raízes, os passos e o destino de seu povo. Também de sua sensibilidade para perceber o latido, o som e o ritmo da autêntica contracultura em ascensão. Muitas vezes o que se considera "in-cultura" contém sementes ou frutos de "outra" cultura, que enfrenta a cultura dominante e não tem seus valores nem sua retórica. Se ocorre menosprezar, por erro, como a uma mera repetição degradada dos produtos "cultos" da elite ou dos modelos culturais que o sistema fabrica em série, mas amiúde é mais reveladora e valiosa uma crônica popular que uma novela "profissional", e o pulso da vida real se sente com mais força em certos versos anônimos do cancionero nacional que em muitos livros de poesia escritos no código dos iniciados; os testemunhos das pessoas que de mil modos expressam suas queixas e suas esperanças freqüentemente resultam mais eloqüentes e belos que as obras escritas "em nome do povo".

Nossa autêntica identidade nasce do passado e se nutre dele — marcas sobre as quais caminham nossos pés, passos que apresentam nossos andares de agora — mas não se cristaliza na nostalgia. Não vamos encontrar, por certo, nosso escondido rosto na perpetuação artificial de trajes, costumes e objetos típicos que os turistas exigem aos povos vencidos. *Somos o que fazemos, e sobretudo o que fazemos para mudar o que somos: nossa iden-*

tidade reside na ação e na luta. Por isso a revelação do que somos implica na denúncia do que nos impede ser o que podemos ser. Nos definimos a partir do desafio e por oposição ao obstáculo.

Uma literatura nascida do processo de crise e de mudança e aprofundada no risco e na aventura de seu tempo bem pode ajudar a criar os símbolos da nova realidade e talvez ilumine, se o talento não falta e a coragem tampouco, as marcas do caminho.

Não é inútil cantar a dor e a beleza de haver nascido na América.

9. Nem sempre os dados de tiragem ou venda dão a medida da ressonância de um livro. Às vezes a obra escrita irradia uma influência muito maior que sua difusão aparente; às vezes responde com anos de antecipação às perguntas e necessidades coletivas, se o criador soube vivê-las previamente como dúvidas dentro de si. A obra brota da consciência ferida do escritor e se projeta no mundo: o ato de criação é um ato de solidariedade que nem sempre cumpre o seu destino durante a vida de quem o realiza.

10. Não compartilho da atitude dos escritores que se atribuem privilégios divinos não outorgados ao comum dos mortais, nem da atitude daqueles que se golpeiam no peito e rasgam suas roupas clamando pelo perdão público por viver a serviço de uma vocação inútil.

Nem tão deuses nem tão insetos. A consciência de nossas limitações não é uma consciência de impotência: a literatura, uma forma de ação, não tem poderes sobrenaturais, mas o escritor pode ser um pouquinho mágico quando consegue que sobrevivam, através de sua obra, pessoas e experiências que valem a pena.

Se quem escreve não é lido impunemente e muda ou alimenta, em alguma medida, a consciência de quem lê, bem pode um escritor reivindicar sua parte no processo de mudança: sem soberba nem falsa humildade, e sabendo-se participante de algo muito mais vasto.

Parece-me coerente que reneguem a palavra daqueles que cultivam o monólogo com suas próprias sombras e labirintos sem fim; mas a palavra tem sentido para aqueles que querem cele-

brar e compartilhar a certeza de que a condição humana não é uma cloaca. Buscamos interlocutores, não admiradores; oferecemos diálogo, não espetáculo. Escrevemos a partir de uma tentativa de encontro, para que o leitor comungue com palavras que nos vêm dele e que voltam a ele com alento e profecia.

11. Sustentar que a literatura vai mudar, sozinha, a realidade, seria um ato de loucura ou soberba. Não me parece menos néscio negar que em algo pode ajudar na mudança. A consciência de nossas limitações é, em definitivo, uma consciência de nossa realidade. No meio da névoa da desesperança e da dúvida, é possível enfrentar as coisas cara a cara e lutar corpo a corpo: a partir de nossas limitações, mas contra elas.

Neste sentido, resulta tão desertora uma literatura "revolucionária" escrita para os "iniciados", como uma literatura conservadora consagrada ao êxtase da contemplação do próprio umbigo. Há aqueles que cultivam uma literatura "ultra" e de tom apocalíptico, dirigida a um público reduzido e que está de antemão de acordo com o proposto e transmitido — qual é o risco que assumem estes escritores, por mais revolucionários que digam ser, se escrevem para a minoria que pensa e sente como eles e lhes dão o que esperam receber? Não há, então, possibilidade de fracasso; mas tampouco de êxito. De que serve escrever se não é para desafiar o bloqueio que o sistema impõe à mensagem dissidente?

Nossa eficácia depende de nossa capacidade de sermos audazes e astutos, claros e atraentes. Oxalá possamos criar uma linguagem penetrante e mais bela que aquelas que os escritores conformistas empregam para saudar o crepúsculo.

12. Mas não é somente um problema de linguagem. Também de veículos. A cultura da resistência emprega todos os veículos ao seu alcance e não se concede o luxo de desperdiçar nenhum veículo nem oportunidade de expressão. O tempo é breve, ardente o desafio, enorme a tarefa: para um escritor latino-americano envolvido na causa das mudanças sociais, a produção de livros forma parte de uma frente de trabalho múltiplo. Não compartilhamos a sacralização da literatura como instituição congelada da cultura burguesa. A crônica e a reportagem de tiragem maciça, os roteiros para rádio, cinema e televisão e a canção

popular nem sempre são gêneros "menores", de categoria subalterna, como creem alguns marqueses do discurso especializado que os vêem por cima do ombro. As fissuras abertas pelo jornalismo rebelde latino-americano na engrenagem alienante dos meios de comunicação de massa têm sido amíúde o resultado de trabalhos sacrificados e criadores que nada têm que invejar, por seu nível estético e sua eficácia, às boas novelas e contos de ficção.

13. Creio no meu "ofício; creio no meu instrumento. Nunca pude entender por que escrevem os escritores que declaram, tão confiantes, que escrever não tem sentido num mundo onde as pessoas morrem de fome. Tampouco nunca pude entender aos que convertem a palavra em alvo de fúrias ou em objeto de fetichismo. A palavra é uma arma e pode ser usada para o bem ou para o mal: a culpa do crime nunca é do punhal.

Creio que uma função primordial da literatura latino-americana atual consiste em resgatar a palavra, usada e abusada com impunidade e freqüência para impedir ou trair a comunicação. "Liberdade" é, em meu país, o nome de um cárcere para presos políticos e "Democracia" chamam-se vários regimes de terror; a palavra "amor" define a relação do homem com seu automóvel e por "revolução" entende-se o que um novo detergente pode fazer em sua cozinha; a "glória" é algo que produz um sabão suave de determinada marca e a "felicidade" uma sensação que dá comer salsichas. "País em paz" significa, em muitos lugares da América Latina, "cemitério em ordem", e onde se lê "homem são" poder-se-ia ler "homem impotente".

Escrevendo é possível oferecer, apesar da perseguição e da censura, o testemunho de nosso tempo e de nossa gente — para agora e depois —. Pode-se escrever como dizendo, de certo modo: "Estamos aqui, aqui estivemos; somos assim, assim fomos". Lentamente vai tomando força e forma, na América Latina, uma literatura que não ajuda aos demais dormir, mas que lhes tira o sono; que não se propõe enterrar nossos mortos, mas perpetuá-los; que se nega a varrer as cinzas e procura, em troca, acender o fogo. Essa literatura continua e enriquece uma formidável tradição de palavras de luta. Se é melhor, como cremos,

a esperança que a saudade, talvez essa literatura nascente possa chegar a merecer a beleza das forças sociais que cedo ou tarde, por bem ou por mal, mudarão radicalmente o curso de nossa história. E talvez ajude a guardar para os jovens que vêm, como queria o poeta, "o verdadeiro nome de cada coisa".

Publicado na revista *Nova Sociedade*, n. 33 — Caracas — Venezuela.

POEMAS

MAURO GAMA

Notícia sobre o Autor

Foi em 1964 que Mauro Gama estreou em livro, com o seu *Corpo Verbal*. Uma poesia introspectiva, "hermética", espécie de aventura mágica nos domínios da linguagem — e da "biografia" do autor, vista por dentro deste prisma. O caminho para a segunda coletânea — *Anticorpo* (1969) — era o da saída para o mundo exterior, iniciada pelo "Vulcão". Os momentos mais característicos do livro são de poesia interessada na mudança político-social e que se exprimia através da sátira, da destruição de estereótipos e mitos. A agressividade de alguns desses poemas parece ter assustado o poeta. Em hora de AI-5 e outras aberrações, surpreendeu-se meio acossado por fantasias de represália e punição.

Com isso, ele voltou para dentro. Mas já não era para a palavra "dentro do corpo", como no começo. Na verdade, se autocensurava, se prometia não *publicar* mais uma linha, e continuou a escrever poemas que iam diretamente para a gaveta. Nem mesmo os passava a limpo. Eram textos voltados para dentro, mas da "cuca", das suas emoções, desses reflexos e restos que o real vai depositando na subjetividade da gente. Muitos de tais poemas ganharam uma intenção reflexiva, outros pairaram sobre fundo místico, mas há em quase todos certo frêmito — e expectativa — de renovação pelo amor e por uma relação afetiva "totalizadora", como os seres e as coisas. A seleção resultante corporifica o seu "livro 3" (1968/76), ainda sem título, que se propõe editar no ano que vem.

Um dia desses o autor estava lendo sobre o fenômeno do *biedermeier*, na Alemanha do século passado, e achou que a veia lírica desses seus poemas tem algo a ver com aquilo, com a efusão da "poesia possível" em tempos de autoritarismo, censura,

repressão. No meio desse processo de seu trabalho é que foram aparecendo os setetos (textos de sete linhas, com sete sílabas cada uma). Começou-os, em meio a vários outros tipos de poemas curtos, em 1973. Queria que fossem como que *slides* verbais, uniformes, compactos e projetáveis. O livro *Setenta setetos* é a primeira tentativa de organizar uma amostra dessa sua linha de produção. Pretende editar este volume junto com o outro, no próximo ano.

Atualmente (1977 em diante), o poeta está de novo indo ao encontro do mundo — e, às vezes, de encontro a ele —, extrovertido, crítico, até humorístico. Dos poemas novos em que essa tendência se vem firmando, menciona o "Governo", que saiu na revista *José* n° 7, e textos inéditos um tanto zombeteiros, como o "Paralelepípedo do civismo". Material, portanto, de um "livro 5." Na presente oportunidade, Mauro Gama oferece-nos dois poemas dos "livro 3" e dois dos setetos acima referidos.

de fel e sede que se acumula
ou na goela ou no baço.
Vêm a ser excesso
de pressa e fardo
até esses músculos de molusco
essa cafua de lua esse capuz
de caramujo: Você,
poeta mouro — e mínimo —
debatendo-se
entre o útero e a urna o
rosto e o rótulo o relógio
e a relva (ou o verão
e a víscera):
ostra em ácido nós nos nervos
válvula visgo voz
no exercício — vão?
— da travessia. Para quê? Para
onde,

3

se lateja você sente que lateja
adiante mais adiante a
projeção
o ultra o salto o le'que
se abre — máximo — em suas asas?
Pois lateja. Você sente que lateja
e vai além da chuva
ou dos cabelos
entre a pelúcia do amor — ou de
seu mofo —
e se faz luz muita luz muito acima
dos comboios e dos campos das aves
e dos estofos dobras debruns
do azul:
algo — ou alguém —
de compassos e espaços
sem limites : luz e éter luz e
rio luz-paixão

Uma gula escura. E o muro
junto de um mundo de bruma.

Lua de gude. Contudo
a agulha no oculto aprumo
da múmia. O gume que cruza
o grude do ciúme o fumo
que nos anula no fundo.

Dentro do muro murmúrios
de discurso represado:
talvez a força de um urso
que se levanta sangrado
e tende a partir correntes
rasgar os indiferentes
mas se represa, calado.

OBJETOS VERBAIS

MOACY CIRNE

Para nós, a linguagem do poema oferece-se ao poeta/operário através dos mais diversos materiais. Pois o poeta é um operário da linguagem e da leitura. Trabalha-se o poema, então, com as ferramentas da sensibilidade e da produtividade. São muitos os materiais que permitem uma transa crítica e *criativa*: a palavra, a grafia visual, o ambiente, o espaço sonoro, o jogo tipográfico, a textura da madeira e de outros objetos, o espaço sensorial etc. Por que limitar o poeta ao uso exclusivo da palavra?

Além do mais, entre aqueles que transam a palavra, existem os poetas que a trabalham com rigor (a difícil e rara verbalidade de um Afonso Ávila, de um José Paulo Paes, de um Armando Freitas Filho) e os que a manejam com displicência (o comum e fácil verbalismo de "populistas" e "espontaneístas"). A palavra, no poema, não pode cair no mero jogo das emoções gratuitas e/ou forçadas. É preciso aprofundar a questão: é preciso ousar e sonhar com um poema aberto a um novo tipo de realismo — o realismo semiótico.

O poema/processo já nos mostrara a importância de se pesquisar e procurar "novas possibilidades para cada novo material". Ou a importância de se pesquisar os materiais existentes em função de uma dada riqueza (anti)literária. Os caminhos apontados pelo poema/processo — a partir de 1967 — continuam se multiplicando em novas aventuras semióticas. Os nossos *Objetos verbais* são poemas/processo que pretendem atingir a verbalidade no interior de um dado contexto semântico-narrativo, que pensa o político-social através do discurso artístico. Ou melhor: do discurso (anti)literário.

out./1979

antiprojeto n. 2

1. a janela pálida do poema operário impulsiona a fábrica de papel azul.
2. o papel operário da janela azul sonha com o poema da fábrica pálida.
3. o operário azul do poema pálido transforma a fábrica do papel janela.
4. a palidez do papel abre-se azul para a fábrica operária do poema.
5. a fábrica do azul poema grita pela palidez operária da janela;
6. o azul papel da fábrica janela dilui-se na palidez poética do operário.
7. o poema, limpo e cristalino, oferece-se ao leitor: cumpre sujá-lo com o real nosso de cada dia.

antiprojeto n. 5

1. a contribuição milionária de todos os erros.
2. a contribuição milionária de todos os dengos.
3. a contribuição milionária de todas as vanguardas.
4. a contribuição milionária de todos os frevos.
5. a contribuição milionária de todos os verbos.
6. a contribuição milionária de todas as cachaças.
7. a contribuição milionária de todos os sonhos.
8. a contribuição milionária de todas as cores.
9. a contribuição milionária de todos os filmes de godard.
10. a contribuição milionária de todas as dúvidas.
11. a contribuição milionária de todas as fantasias.
12. a contribuição milionária.
13. a contribuição operária de todo o socialismo.

antiprojeto n. 10

1. releia este poema com a máxima atenção.

antiprojeto n. 1

1. junte uma garrafa de coca-cola, duas revistas de tio patinhas, três cigarros americanos, de qualquer marca, quatro produtos da esso e cinco postais coloridos de sua preferência.
2. reúna este material numa cesta de lixo.
3. coloque a cesta no chiqueiro, ou esgoto, mais próximo de sua residência.
4. fotografe a cesta em questão, às 11,33 h de um dia ensolarado.
5. exponha a foto na principal galeria de arte de sua cidade.
6. seja premiado. recuse o prêmio.
7. dance um tango argentino diante dos jurados.
8. fique atento.
9. sonhe. realize. critique. participe. leia com atenção: "há idéias que sonham. certas teorias, que se acreditam científicas, são grandes devaneios, devaneios sem limites" (bachelard).

RESENHAS

O Velho e o Novo

Fernando Gabeira. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Codecri, 1979.

Gregório Bezerra. *Memórias* (2 vols.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

1. Memória: houve (alguém se lembra?) aquele alegre verão de 79, às voltas com anistia, heróis, velhos exilados. Um momento político, como todo momento é político; e aquela natural vontade de recontar a História da viagem, para os que não a fizeram. Memórias políticas: o jogo do eu-me-lembro; a recuperação do tempo, na fertilidade de muitos livros. Fernando Gabeira e Gregório Bezerra, por exemplo. Memórias dessas memórias: parece que foi ontem (alguém se lembra?).

2. Memórias: há quem as confunda com documento histórico. Bobagem. Diante de qualquer documentação confiável, descrições verbais dos fatos o que são? Matéria dispensável. Memórias, entenda-se, interessam mais como reflexão e intérprete de um tempo. Não mais o eu-me-lembro: o eu-acho. A ousadia e a aventura de arriscar opiniões e idéias, às vezes até com certo prazer.

3. Mas a aventura e a ousadia são também atitudes políticas e como tais percorrem os mesmos riscos (das coisas políticas), caminhos de caminhos que descaminham ou dividem. Para a mesma memória, muitas maneiras de contar. E a escolha deste ou daquele método já esclarece quem é quem. Ou por trás do que se diz, o que é deliberadamente omitido? Coisas que sempre se insinuam pelas partes sutis, na forma do texto, não nos fatos narrados. É, aliás, o que se observa nestes dois memorialistas, pelas noções que demonstram ter (e que empregam) de *tempo* e *corpo*, por exemplo, idéias diretamente ligadas a um projeto de memórias.

4. A noção de tempo em que o corpo se gasta, a idéia de corpo onde o tempo se lê.

5. As memórias de Gregório Bezerra respeitam o tempo. Alinham cronologicamente sua vida, do nascimento à plena militância, sem economia de palavras (dois volumes). Uma clara preocupação em seguir datas e alinhar a estória. Ao contrário, o pequeno volume de Gabeira começa arbitrário, em setembro de 73, no Chile, minutos antes do toque de recolher. Restringe-se, depois, a um período determinado de atividade política, não trata do Tempo. Um ex-jornalista do JB viu-se um dia seqüestrando embaixadores, só isso. Ou melhor, tudo isso. Sem grandes alusões a datas, antes com uma preocupação: transmitir impressões pessoais sobre esse período e refletir sobre elas. Não aquela estrutura enciclopédica das memórias de Gregório, onde uma tal iniciativa seria, a priori, recusada (já se verá por quê).

6. O tempo, pode-se dizer, se lê pelas transformações e progressos, coisas descontínuas, mais que por um suceder monótono de dias. O tempo passa, acima de tudo. Mas, acima de tudo, é "recuperável" — sob a forma de leitura(s) — pelas mudanças operadas, captáveis a nível de sintetizações, mas não reprodutíveis na forma enganosa de narrações extensas (analíticas). Do tamanho das unhas às grandes crises internacionais, não há linearidade possível...

7. É portanto no livro de Gabeira que a idéia (a passagem) do tempo se deixa sentir, mais fiel, já na escolha das técnicas de narração, não realistas e descontínuas. O realismo biográfico de Bezerra é outra coisa, conduz a um paradoxo, pois se afirma "histórico" e "temporal", quando na verdade estagna o tempo, em termos de uma linha contínua e imutável. Imóvel como a imagem anti-heraclíteana de um longo rio que não passa.

8. Assim, o jornalista Gabeira ainda não continha, até certa época, o futuro (hoje passado) militante político. Mas este também já não tem lugar no Gabeira-condutor de metrô, aquele que narra as aventuras do livro. Em contrapartida, para tantos Gabeiras, tem-se a impressão de haver sempre existido um único e imutável Gregório Bezerra, membro nato do comitê central do PC. Sem saltos bruscos, contradições ou retomadas, presenças constantes em Fernando Gabeira. No menino Gregório já se en-

contrariam todas as características do adulto, como o fruto dentro da casca. Realismo socialista, talvez, um velado compromisso com o eterno: a mesma História coerentemente reescrita.

9. Gabeira: “Às vezes vou ao La Coupole em Montparnasse para comer um peixe e ver as pessoas. É o bar que Lênin freqüentava para tomar seu leite com groselha. Mas em 1968 entrei para uma organização leninista. Por vezes me divirto pensando nisto, entre uma e outra golada de vinho branco que, por sinal, me custa horas de trabalho como maquinista de metrô em Estocolmo”.

Bezerra: “Estou pronto para *voltar* ao meu país e *recomeçar* a luta ao lado do povo oprimido e explorado. Confio *cada vez mais* na ação unida e organizada das amplas massas populares (...)”.

10. Há, é claro, as implicações políticas dessa escolha. A fruição espontânea do tempo é sempre uma ameaça às Verdades Eternas, inclusive as de qualquer Partido que se proponha inquestionável e faça da noção de coerência uma de suas bases intelectuais. E um tal Partido, diga-se, é coletivo, sem as contradições carnis do indivíduo: *sem corpo*. Também nesta segunda noção (a de corpo) distanciam-se os caminhos dos dois autores. *Memórias*, de Gregório, são um texto impessoal, apesar dos traços informais de primeira pessoa. Por trás da câmara-da-memória, na verdade, sente-se a Razão e o Partido, em toda a sua impessoalidade. Onde fica, afinal, o indivíduo Gregório?

11. É bem outra a postura do indivíduo-Fernando Gabeira, ou melhor, dos diversos Gabeiras que se misturam no livro, fazendo de tempo & corpo signos concretos e conflitantes. Lembrando-nos sempre que seu corpo se move no tempo e no espaço, movimento constante e, até certo ponto, incontrolável, na ausência de fronteiras definidas para a opinião pessoal. E costurando tudo isso, seus “infernos diários” de homem: “Nosso quadro teórico nos permitia apenas explicar as determinações sociais que operam no indivíduo. (...) Tudo é política, tinham razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las” (p. 53).

12. Livros, no entanto, são entre nós estranhos objetos pouco lidos. E mais uma vez ocorre que as idéias de Bezerra e Gabeira

debatem-se para além dos limites dos livros. Expressam, enfim, bem mais do que a simples experiência de seus autores. Mais ainda: representam o lugar de uma luta ideológica, política e vital. Gabeira & Bezerra, Gabeira x Bezerra: o que está em jogo? A própria concepção de luta.

13. Contra a política do corpo, por exemplo, volta-se sempre, armada, furiosa, a polícia do corpo.

14. É isso, companheiro?

Antônio Fernando Borges

Política / Linguagem / Memória

Jorge Semprún. *Autobiografia de Federico Sánchez*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Falar de um livro já tão comentado é correr o risco da redundância. Se voltamos a ele, porém, será menos para resenhá-lo (no sentido clássico de um levantamento de temas) que para tentar escutar o que uma parte da crítica recalcou de sua leitura: a questão do discurso (no caso, o discurso político) é, de resto, o que justifica aqui este comentário. "Autobiografia de um discurso" poderia ser o título do livro, já pelo fato de o autobiografado não ser mais que um *nome*, um signo de referente fluido, incorpóreo, às vezes vazio. Como o próprio texto explicita, "nem os sonhos, nem a sexualidade, nem as obsessões de Federico Sánchez aparecem neste ensaio de reflexão autobiográfica" (p. 232). Quem seria então esse nome sem rosto, esse personagem inacabado e em permanente tensão com um *outro* (Semprún, seu "autor"), senão uma simples *figura de discurso*, um traço de enunciação remetendo sempre ao discurso que o constitui e aprisiona?

Sobre isso a crítica brasileira se calou. Quando Leandro Konder, por exemplo, reduz a reflexão de Semprún a uma “vingança” * — que pode até existir, mas como um componente da paixão que acompanha toda intenção de escrita — o objetivo é *personalizar* uma questão que se situa no terreno *impessoal* dos discursos; em outras palavras, fugir à discussão proposta. Mas não era de se esperar outra atitude. Semprún investe contra o discurso político, denuncia sua função puramente persuasiva, revela seu caráter de crença. E o discurso político se defende: como discurso de crença, não pode tolerar a menor alusão “formalista” a suas regras ou regularidades.

Há momentos, porém, em que o discurso político se trai em seu caráter persuasivo. Semprún coleta a obra-prima dessa operação metalingüística nas palavras de Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE: “Mais vale enganar-se com o partido, dentro do partido, que ter razão fora dele ou contra ele”. E como que antecipando a réplica aos que o acusariam de vingança, Semprún se dirige a seu *alter ego*: “Essa frase não o surpreendeu, porque você mesmo a tinha pronunciado, anos atrás, seguro de si mesmo e triunfalista como um mártir jesuíta no Japão” (p. 290).

Este pequeno trecho é como uma amostra da estrutura narrativa: política, linguagem e memória aí se articulam de modo especial, o *sujeito* constituindo-se a partir de um discurso e a narrativa deste sujeito se formando como um simulacro da própria estrutura da memória. À primeira vista esta articulação não constitui novidade em literatura. Num ensaio de 1946 — *Politics and the English Language* — George Orwell já escrevia, referindo-se ao discurso político da época: “A prosa consiste cada vez menos de *palavras* escolhidas em função de sua significação, e cada vez mais de *locuções* reunidas como as seções de uma casa pré-fabricada”. Tal discurso — que o escritor vê como o esteio das ideologias totalitárias — teria como causa e conseqüência a redução da capacidade crítica dos falantes. Mais tarde, em sua obra maior — 1984 — Orwell acrescentaria uma outra função: a eliminação da memória. A posição de Semprún é semelhante: “A memória comunista é na realidade uma desmemória; não consiste em recordar o passado, mas em censurá-lo” (p. 208). Mas

* Isto é, de 9-1-80.

a grande diferença é que, ao contrário do efeito desmobilizador provocado pelo pessimismo de Orwell, em Semprún a memória ganha um caráter ativo a impulsionar a narrativa: não se trata mais de falar *da* memória (ou de sua eliminação por um discurso alienante) mas de *usá-la* como um elemento que visa reconstituir um discurso tão-somente para libertar-se dele.

“A memória, já se sabe, é como uma *babuschka*, uma dessas bonecas russas (...) que podem se abrir e que contêm outra boneca idêntica, menor, e outra, e outra mais, até chegar à última de tamanho mínimo que já não se pode abrir” (p. 196). Definindo assim a memória, Semprún dá ao mesmo tempo a chave para o conhecimento de sua estrutura narrativa, uma narrativa constituída pela superposição de diversas camadas de discurso-memória. Pois quem é a primeira *babuschka* senão uma primeira figura da enunciação desse discurso, nada menos que uma metáfora para a Passionária, a quase centenária Dolores Ibarruri, grande mãe do comunismo espanhol? Começando e concluindo o seu relato com capítulos de título idêntico — “*La Passionaria* pediu a palavra” — Semprún parece sugerir a representação *gráfica* do espaço de um discurso, no qual se moveriam seus personagens como num habitat próprio. A Passionária pede a palavra, mas não é preciso que Semprún transcreva a sua fala: em vez disso, ele abre uma espécie de enorme parêntese (deixando ver a segunda *babuschka*: exatamente seis capítulos do livro) em que não ouvimos (tanto) a voz de Dolores Ibarruri, mas somos colocados diante de uma colagem de muitas vozes, na forma de panfletos, poemas laudatórios, cartas, peças teatrais, pedaços de romances, pronunciamentos, as famosas autocríticas, documentos secretos (como aquele “para o conhecimento exclusivo do Comitê Central”) etc. — e ingressamos assim no reino das tautologias, dos clichês, das metáforas gastas (como a do “fluxo e refluxo do movimento de massas”, que um militante anota, entusiasmado, num caderninho), das palavras-de-ordem, das siglas exotéricas (há um capítulo inteiro sobre elas), dos nomes-de-guerra, das estigmatizações, o reino, enfim, do discurso persuasivo. Revivê-lo, restabelecendo suas conexões ocultas, é libertar-se dele.

Carlos Deane